

Relatório
de Atividades
e de Gestão

2023

Consolidação de Contas

Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado

2. Balanço Consolidado

3. Demonstração de Resultados Consolidada

4. Demonstração do Património Líquido Consolidada

5. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

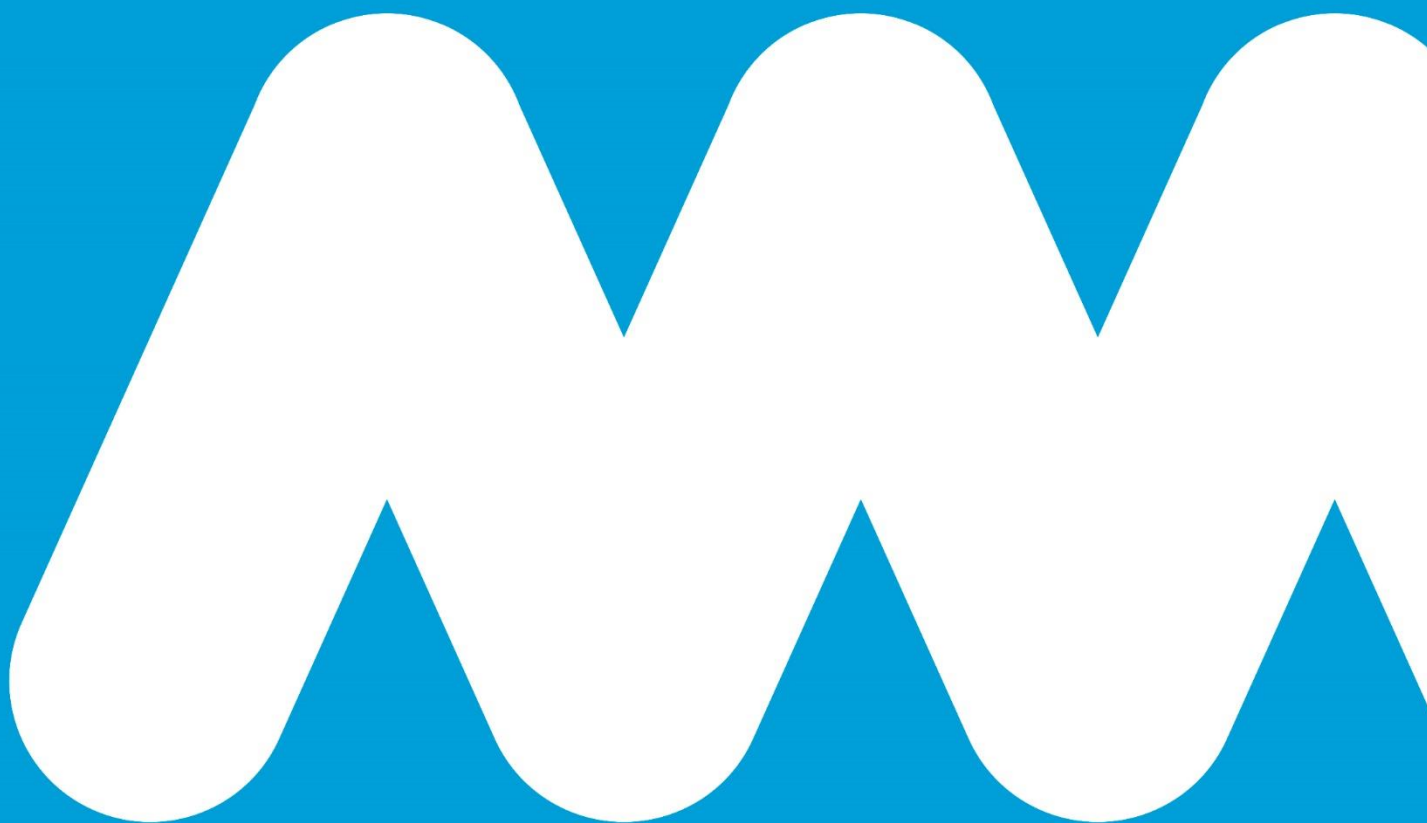
6. Demonstrações Orçamentais

6.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

6.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

7. Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas

8. Certificação Legal de Contas



1. Relatório de Gestão Consolidado

1. INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos recorreu a formas organizacionais de natureza empresarial, numa lógica de grupo municipal, tendo constituído duas empresas municipais para o desenvolvimento das suas atribuições e competências: em 1999, a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades de animação desportiva e programas municipais de fomento desportivo.

Mais recentemente, em 2021, por força do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, operou-se a intermunicipalização definitiva da exploração, pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), do serviço público de transporte de passageiros na área metropolitana do Porto, que, entre outras medidas, determinou a transmissão integral do capital social da STCP do Estado para os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia. Por efeito da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019 e da transmissão de ações, a STCP deixou de ser uma empresa integrante do setor empresarial do Estado e passou a ser uma empresa local, conforme previsto no artigo 19.º no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto («RJAE»), pelo que a partir desse momento passou a reger-se pelo disposto nesse Regime e nas regras especiais constantes do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 151/2019.

Neste contexto se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º preconiza que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Matosinhos e as duas empresas municipais detidas a 100% (MatosinhosHabit - MH, EM e MS - Matosinhos Sport, EM), assim como a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., detida em 11,98% pelo Município de Matosinhos.

A Matosinhos Sport, empresa municipal de desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos programas municipais de fomento desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport, hoje denominada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do associativismo desportivo.

A MatosinhosHabit-MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, E.M., tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como de equipamentos coletivos do património do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4326 fogos distribuídos por todas as freguesias do concelho e que integram 51 conjuntos habitacionais.

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. tem como atividade principal o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes integrados na Área Metropolitana do Porto – Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Nesse sentido, haverá que proceder-se à consolidação de contas, preparadas com o objetivo de proporcionarem uma imagem verdadeira e apropriadas da situação financeira e económica deste grupo.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral relativamente às entidades detidas a 100% (Matosinhos Habit e Matosinhos Sport) o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Já no que se refere à STCP, detida em 11,98% pelo Município de Matosinhos, foi utilizado, como método de consolidação, o método de equivalência patrimonial, nos termos conjugados do parágrafo 5 da NCP 23, dos artigos 7º e 19º da Lei 50/2012, de 31 agosto e da Lei n.º 73/2013, de 30 de setembro. O método da equivalência

patrimonial consiste basicamente na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Das entidades que pertencem ao Grupo Municipal de Matosinhos, apenas o Município de Matosinhos e a empresa Matosinhos Habit, E.M. utilizam o SNC-AP, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do SNC aplicável às entidades em geral. Como tal, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNC-AP.

Quanto à consolidação orçamental, é possível apresentar relativamente ao ano 2023 demonstrações orçamentais consolidadas dado que a Matosinhos Habit, entidade pública reclassificada que integra o perímetro de consolidação, preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP.

Por fim, ressalva-se que o presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27, uma vez que, apesar de todas as entidades do grupo autárquico terem implementada a contabilidade de gestão, naturalmente que não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão, o que impede de consolidar a este nível.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A atividade económica em Portugal, já em 2008, mas sobretudo a partir de 2009, foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise financeira e económica internacional, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país. A quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

Nessa sequência, desde 2011 e até maio de 2014, a economia portuguesa esteve sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE, programa esse que incorporou uma estratégia que visava corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (público e privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações, quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década. Assim, apesar do contexto internacional desfavorável em que foi implementado o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa, a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de

financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafecção de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

O ano 2014 ficou marcado por um aumento de 0,9% do PIB (face a -1,6% em 2013), a primeira variação positiva registada desde 2010. Em 2015 manteve-se a recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013, registando-se um crescimento do PIB de 1,5%, em termos reais, caracterizada, essencialmente, por um maior crescimento da procura interna, em particular do consumo privado, e por uma ligeira desaceleração das exportações. Já no ano 2016, a atividade económica apresentou um crescimento moderado, prolongando o perfil de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015. Mas, a evolução do mercado de trabalho em 2016 caracterizou-se por um aumento do emprego acima do Valor Acrescentado Bruto, mantendo-se o perfil de recuperação verificado a partir do 2.º trimestre de 2013. Embora tenha permanecido em níveis elevados, observou-se uma redução de 1,3 p.p. da taxa de desemprego, num quadro de dinamismo salarial superior ao registado nos anos anteriores.

Em 2017 o PIB cresceu em termos reais 2,7%, valor próximo do observado na média da área do euro, fruto de um enquadramento externo muito favorável, tendo sido as exportações e o investimento os motores da aceleração da economia portuguesa. No mercado de trabalho, registou-se o aumento da população ativa, após seis anos consecutivos de queda. O emprego aumentou 3,3%, a taxa de desemprego reduziu-se de 11,1% para 8,9%, mas a produtividade por trabalhador no conjunto da economia continuou a diminuir. Já em 2018 o PIB cresceu, em termos reais, 2,1%, num contexto de desaceleração generalizada na área do euro, refletindo essencialmente um crescimento do emprego, mas não por um aumento da produtividade. O processo de ajustamento macroeconómico prosseguiu, designadamente na sua vertente de redução do endividamento dos vários setores da economia e, por esta via, dos desequilíbrios acumulados no passado. Em 2019, a economia portuguesa continuou a registar uma expansão, embora desacelerando pelo segundo ano consecutivo. Há, assim, a realçar que a economia portuguesa registou em 2019 o sexto ano consecutivo de expansão económica. Porém, as exportações desaceleraram e foi a procura interna o motor do crescimento económico, suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e melhorias no mercado de trabalho. O crescimento do PIB e do PIB per capita em Portugal continuou a ser superior ao da área do euro. Um traço marcante da economia portuguesa em 2019, que contrasta com os anos anteriores, foi o aumento significativo da produtividade aparente do trabalho, em particular,

nos serviços. Quanto ao setor das administrações públicas, verificou-se em 2019 uma melhoria do saldo orçamental para uma situação de excedente, determinado pela diminuição significativa dos encargos com o serviço da dívida e pelo contributo positivo da atividade económica, dado o crescimento do PIB acima do produto potencial.

Mas no final do primeiro trimestre de 2020, fruto da crise pandémica, esta realidade económica foi alterada de forma abrupta e dramática; tratou-se de um choque negativo de grandes proporções sobre a saúde pública mundial, com consequências igualmente muito adversas na situação económica dos países. Apesar da resposta política, quer a nível nacional, quer municipal, tenha sido rápida e decisiva, procurando suportar a saúde e rendimento das famílias mais afetadas e garantir que a atividade económica pudesse ser retomada com o mínimo de disrupção, os efeitos negativos profundos e prolongados no tempo, perturbaram o processo de ajustamento da economia portuguesa. A execução orçamental, quer em 2020, quer em 2021, foram manifestamente afetadas por estes efeitos, não apenas a nível nacional e regional, mas também local. Após a queda de 8,4% em 2020, o PIB cresceu 4,9% em 2021, mas a inflação aumentou em 2021 para 0,9%, devido principalmente à evolução dos preços dos bens energéticos e em resultado de pressões externas. Também a escassez de alguns bens essenciais na atividade económica mundial e a invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro de 2022 contribuíram para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários, levando o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária, através do aumento das taxas de juro, com a repercussão no custo de financiamento das empresas e famílias, o que apesar de ter contribuído para conter as pressões inflacionistas, também esteve na base da desaceleração da atividade económica a partir do segundo trimestre de 2022.

Em 2023, a atividade económica apresentou um crescimento de 2,3%, superior ao da área do euro, com um dinamismo próximo do potencial, não obstante um enquadramento caracterizado por um crescimento da procura externa mais fraco e condições financeiras mais desfavoráveis face aos dos anos anteriores à pandemia. A inflação começou o ciclo de diminuição, prevendo-se que esta tendência se mantenha para valores na ordem dos 2,4% em 2024, 2% em 2025 e 1,9% em 2026. O emprego continuou a aumentar, sustentado na elevada criação de novos postos de trabalhos, com ganhos nos setores mais bem remunerados. A taxa de desemprego

manteve-se baixa, situando-se próxima dos valores de 2019, o que conjugado com um crescimento dos salários reais, teve contrapartida na situação financeira das famílias, tendo-se registado ganhos do rendimento disponível real nos últimos três anos. O investimento continuou a crescer, mantendo-se a trajetória de redução da dívida pública e privada. A resiliência da economia portuguesa, uma economia aberta e fortemente integrada na UE, é um fator distintivo da conjuntura recente, refletindo a manutenção das condições de estabilidade financeira, orçamental e institucional. A competitividade revelada pelas empresas portuguesas e a melhoria continuada das qualificações da população são fatores estruturais de sustentação do crescimento num contexto mais adverso.

O impacto que todo este contexto macroeconómico teve nas diversas entidades que integram o perímetro de consolidação e no seu desempenho em 2023, como poderemos constatar ao longo do presente documento e de acordo com as demonstrações financeiras, foi globalmente positivo.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2023, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Património Líquido do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Pela análise do Balanço resumido apresentado no Quadro n.º 1, constata-se que enquanto que o Ativo, e o Património Líquido registaram taxas de crescimento próximas dos 4% (3,86% e 3,99% respetivamente), já o Passivo verificou um crescimento menos acentuado, na ordem dos 2,64% face a 2022.

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço individual do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99,7% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Em 2023 o ativo das contas consolidadas do Município de Matosinhos atingiu os 796,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 29,6 milhões de euros face ao ano anterior (3,86%). Do total do ativo, 87,7% constitui o ativo não corrente e 12,3% o ativo corrente, o que representa um reforço deste último face à estrutura do ativo no ano 2022.

Os ativos não correntes, correspondem, *lato senso*, ao que anteriormente se designava por Imobilizado, que englobava os bens de domínio público, as imobilizações incorpóreas, corpóreas e os investimentos financeiros. Com a entrada em vigor do SNC-AP os ativos não correntes foram reorganizados de forma diversa, desagregando-se em ativos fixos tangíveis, em propriedades de investimento, ativos intangíveis e participações financeiras. Enquanto que se verifica uma relativa correspondência entre os ativos intangíveis e as antigas imobilizações incorpóreas, assim como entre os investimentos financeiros e as participações financeiras, o mesmo já não se passa em relação às restantes contas, pelo que parte dos ativos foi objeto de reclassificação como propriedades de investimento, considerando-se como tal os ativos que geram benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. As propriedades de investimento identificadas correspondem ao montante de 1,7 milhões de euros.

Quadro n.º 1
Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Rubricas	2023	2022	Variação 2023/22	Var. % 2023/22
ATIVO				
Ativo não corrente	698 095 605,52	682 283 048,30	15 812 557,22	2,32%
Ativos fixos tangíveis	669 645 783,44	655 587 720,22	14 058 063,22	2,14%
Propriedades de investimento	4 857 183,12	3 162 726,78	1 694 456,34	-
Ativos intangíveis	854 465,07	1 165 261,82	-310 796,75	-26,67%
Participações financeiras	21 241 361,71	20 669 224,33	572 137,38	2,77%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	16 213,79	16 213,79	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	35 730,02	33 204,44	2 525,58	-
Diferimentos	104 021,12	140 243,77	-36 222,65	-25,83%
Outras contas a receber	1 340 847,25	1 508 453,15	-167 605,90	-11,11%
Ativo corrente	98 051 874,91	84 300 254,35	13 751 620,56	16,31%
Inventários	84 873,62	89 936,56	-5 062,94	-5,63%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	5 963 642,93	3 482 179,22	2 481 463,71	71,26%
Cientes, contribuintes e utentes	782 557,00	614 631,04	167 925,96	27,32%
Estado e outros entes públicos	270 454,92	231 668,55	38 786,37	16,74%
Outras contas a receber	44 766 807,49	43 575 583,49	1 191 224,00	2,73%
Diferimentos	1 253 959,20	1 570 756,38	-316 797,18	-20,17%
Caixa e depósitos	44 929 579,75	34 735 499,11	10 194 080,64	29,35%
Total Ativo	796 147 480,43	766 583 302,65	29 564 177,78	3,86%

PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património Líquido				
Património/Capital	479 769 843,51	479 769 843,51	0,00	0,00%
Reservas	4 310 851,04	3 809 590,18	501 260,86	13,16%
Resultados transitados	51 787 020,97	42 281 946,81	9 505 074,16	22,48%
Ajustamentos em ativos financeiros	-21 199 478,11	-21 753 757,61	554 279,50	-
Outras variações no património líquido	191 964 893,01	178 339 652,27	13 625 240,74	7,64%
Resultado líquido do período	13 380 859,32	9 958 189,95	3 422 669,37	34,37%
Total Património Líquido	720 013 989,74	692 405 465,11	27 608 524,63	3,99%
PASSIVO				
Passivo não corrente	50 599 987,47	50 054 657,64	545 329,83	1,09%
Provisões	12 095 572,55	9 062 610,64	3 032 961,91	33,47%
Financiamentos obtidos	37 157 693,87	39 475 169,55	-2 317 475,68	-5,87%
Diferimentos	1 340 847,25	1 508 453,15	-167 605,90	-11,11%
Outras contas a pagar	5 873,80	8 424,30	-2 550,50	-30,28%
Passivo corrente	25 533 503,22	24 123 179,90	1 410 323,32	5,85%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 000,00	59 400,00	-57 400,00	-96,63%
Fornecedores	2 663 319,06	1 996 540,19	666 778,87	33,40%
Estado e outros entes públicos	275 830,24	172 149,69	103 680,55	60,23%
Financiamentos obtidos	3 317 207,41	3 298 817,10	18 390,31	0,56%
Fornecedores de investimentos	267 101,25	192 546,69	74 554,56	38,72%
Outras contas a pagar	14 887 467,23	14 735 142,04	152 325,19	1,03%
Diferimentos	4 120 578,03	3 668 584,19	451 993,84	12,32%
Total Passivo	76 133 490,69	74 177 837,54	1 955 653,15	2,64%
Total Património Líquido e Passivo	796 147 480,43	766 583 302,65	29 564 177,78	3,86%

Os ativos fixos tangíveis representam 84,1% do total do ativo, tendo registado um aumento de 14 milhões de euros face ao ano 2022. Este aumento deve-se essencialmente, como se poderá constatar na nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (doravante ADFC), ao facto das adições (aquisições) de ativos e de transferências à entidade ter sido superior nesse montante às depreciações e diminuições ocorridas no período.

Já ao nível das participações financeiras, há que registar um variação positiva na ordem dos 572 mil euros. As variações ocorridas nesta rubrica devem-se maioritariamente à STCP e aos ajustamentos na participação dessa empresa intermunicipal em função dos respetivos resultados, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial, tal como vem expresso na nota 18.3 do ADF.

As dívidas de terceiros de curto prazo representam 6,5% do ativo (mais 0,3 pontos percentuais que o peso que apresentavam em 2022) e assistiram, entre 2022 e 2023, a um aumento do seu valor absoluto em cerca de 3,9 milhões de euros, referente em partes sensivelmente iguais aos

impostos e taxas imputáveis ao período (IMI, derrama e TRSU) por um lado, e aos fundos comunitários por outro.

Os diferimentos ascendem a 1,3 milhões de euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se uma redução relativamente ao ano anterior na ordem dos 317 mil euros. Encontram-se os mesmos detalhados no mapa 23.2 do ADFC.

É de observar um acentuado aumento do saldo de disponibilidades de 34,7 milhões de euros em 2022 para 44,9 milhões de euros em 2023, aumento este correlacionado com o aumento do saldo de gerência a transitar para o ano seguinte.

Em relação ao passivo, as contas consolidadas do Município fecharam com um valor de 76,1 milhões de euros, sendo constituído em 66,5% por passivo não corrente e em 33,5% por passivo corrente, o que representa um aumento de 2,64% face ao ano anterior, e que, em termos absolutos, representa uma variação de quase 2 milhões de euros. Esta variação resulta essencialmente dos movimentos ocorridos ao nível do passivo não corrente, tais como as provisões (aumento de 3 milhões) e os financiamentos obtidos (redução em 2,3 milhões): enquanto que o aumento das provisões se deve à revisão em alta das eventuais obrigações decorrentes dos processos judiciais que se encontram em curso, já em relação aos financiamentos obtidos, a redução de 2,3 milhões de euros decorre, por um lado, da utilização de capital de empréstimos em curso e contratação de novo empréstimos e respetiva utilização de capital (no montante de 4,2 milhões de euros) e, em sentido inverso, das amortizações ocorridas em 2023, de empréstimos contratados em anos anteriores, no montante de 6,5 milhões de euros.

As rubricas de fornecedores e fornecedores de investimento assistiram globalmente a um aumento na ordem 741 mil euros.

Importa clarificar que ao nível dos financiamentos obtidos (empréstimos), em termos do balanço, e como já acontecia no referencial contabilístico anterior (POCAL), embora agora de forma mais evidente, o capital em dívida encontra-se subdividido em duas parcelas: uma no passivo não corrente (a que não é exigível a curto prazo, i.e., vencimento para além de um ano) e outra no passivo corrente (a parte que será exigível no curto prazo, isto é, no decurso do ano 2024).

O Património Líquido do grupo autárquico totaliza, no final de 2023, 720 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 27,6 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é consequência, essencialmente, de 3 fatores: por um lado, da reclassificação ocorrida ao nível dos subsídios de capital, que por se considerar que os mesmos não serão objeto de reversão, foram transitados para a conta 59.3 “Outras variações no património líquido - Transferências e subsídios de capital” (representativas de uma variação positiva 13,6 milhões de euros); por outro lado, do aumento do resultado líquido do período apurado em 2023, supera o resultado de 2022 em 3,4 milhões de euros; e, por fim, da variação ocorrida na conta 56 de Resultados Transitados decorrente da incorporação dos Resultados Líquidos do Exercício apurados em 2022, de acordo com o deliberado pelos órgãos colegiais.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

O resultado líquido ascende a cerca de 13,4 milhões de euros, 3,4 milhões mais elevado do registado no período homólogo. Os rendimentos em 2023 foram sensivelmente de 163 milhões de euros para um nível de gastos de cerca de 150 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de cerca de 13,8% nos rendimentos e de 12,3% dos gastos.

Quadro n.º 2 Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Rubricas	2023	2022	Variação 2023/22	Var. % 2023/22
Impostos, contribuições e taxas	82 596 149,73	71 551 271,84	11 044 877,89	15,4%
Vendas	3 200 989,53	39 962,69	3 161 026,84	7909,9%
Prestações de serviços e concessões	19 848 492,14	20 801 317,62	-952 825,48	-4,6%
Transferências e subsídios correntes obtidos	45 654 970,54	42 527 825,66	3 127 144,88	7,4%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	1 340,24	10 033,75	-8 693,51	-86,6%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 477 036,36	-1 393 199,32	-83 837,04	6,0%
Fornecimentos e serviços externos	-44 202 183,20	-36 937 367,35	-7 264 815,85	19,7%
Gastos com pessoal	-51 799 293,78	-48 316 186,53	-3 483 107,25	7,2%
Transferências e subsídios concedidos	-19 210 821,23	-19 243 002,75	32 181,52	-0,2%
Prestações sociais	-182 831,00	-134 414,21	-48 416,79	36,0%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-4 707,90	31 406,46	-36 114,36	-115,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-35 631,20	-254 081,44	218 450,24	-86,0%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	10 000,00	0,00	10 000,00	-
Provisões (aumentos/reduções)	-3 032 961,91	1 280 443,94	-4 313 405,85	-336,9%
Outros rendimentos	11 897 105,07	7 111 786,08	4 785 318,99	67,3%
Outros gastos	-5 939 930,06	-5 234 666,45	-705 263,61	13,5%

Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	37 323 650,61	31 841 129,99	5 482 520,62	17,2%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-22 317 525,05	-21 231 638,37	-1 085 886,68	5,1%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	15 006 125,56	10 609 491,62	4 396 633,94	41,4%
Juros e rendimentos similares obtidos	117 755,68	109 063,11	8 692,57	8,0%
Juros e gastos similares suportados	-1 726 017,10	-754 558,73	-971 458,37	128,7%
Resultado antes de impostos	13 397 864,14	9 963 996,00	3 433 868,14	34,5%
Imposto sobre o rendimento do período	-17 004,82	-5 806,05	-11 198,77	192,9%
Resultado líquido do período	13 380 859,32	9 958 189,95	3 422 669,37	34,4%

Pela análise do Quadro n.º 2, podemos verificar que se assistiu a um aumento de 19,9 milhões de euros dos rendimentos face ao ano anterior. O mesmo sucedeu com os gastos, embora em menor escala: o aumento foi de sensivelmente 16,4 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com o pessoal (34,5%), os fornecimentos e serviços externos (29,5%) e as transferências e subsídios concedidos (12,8%). Só estas 3 rubricas são responsáveis por cerca de 77% do total de gastos. Se a estes somarmos as depreciações e amortizações atingiremos os 91,7% do total de gastos em 2023. Trata-se, portanto, de uma estrutura muito semelhante à do ano transato.

Comparativamente com o período de 2022, os fornecimentos e serviços externos assistiram a um aumento de 19,7%, correspondendo em termos absolutos a 7,3 milhões de euros, essencialmente fruto do aumento dos custos dos fornecedores que prestam serviços ao município, decorrentes do aumento da inflação e do salário mínimo nacional, tais como serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos, refeições escolares, manutenção de jardins, encargos de instalação, conservação e reparação de edifícios municipais, entre outros de menor relevância. Em sentido contrário, há igualmente que registar uma redução dos gastos ao nível dos trabalhos especializados, publicidade, e comunicação e imagem.

Já os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 7,2% (cerca de 3,5 milhões de euros) em grande parte devido à atualização dos vencimentos dos funcionários públicos, outra parte resultante da delegação de competências decorrente do processo de descentralização

administrativa, sendo o restante aumento motivado por novas admissões, mobilidades intercategorias e intercarreiras.

As depreciações e amortizações do exercício aumentaram em cerca de 1,1 milhões de euros em relação ao valor que haviam assumido em 2022, que corresponde a um aumento de 5,1%, ascendendo neste ano ao valor de 22,3 milhões de euros.

Na rubrica de impostos, contribuições e taxas, que representa mais de 50% dos rendimentos, há que distinguir diversas realidade, embora todas com uma evolução crescente: se ao nível dos impostos, a Derrama, o Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Único sobre a Circulação registaram aumentos de 11,4%, 2,4% e 5,6% (correspondentes a 909 mil euros, 583 mil euros e 257 mil euros, respetivamente), assistimos, por outro lado, a um crescimento muito acentuado dos proveitos decorrentes do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), em cerca de 5 milhões de euros (o que representa uma variação de cerca de 20%), assim como nas taxas de loteamento e obras (sobretudo ao nível das compensações, que registaram uma variação de 2,2 milhões de euros, e da TRIU, que aumentou cerca de 934 face a 2022) e das taxas de ocupação da via pública, fazendo com que o saldo final fosse francamente positivo (crescimento de 15,4%, o que representa 11 milhões de euros).

No que concerne à rubrica de transferências e subsídios obtidos, que representa 28% dos rendimentos, há que sublinhar o seu crescimento em cerca de 7,4%, justificado maioritariamente pelo incremento das transferências de competências no âmbito da educação e ação social, em cerca de 2,7 e 0,9 milhões de euros, respetivamente.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos totaliza 11,9 milhões de euros, tendo registado um aumento de cerca de 67,3%, o que representa um montante na ordem dos 4,8 milhões de euros, e que resulta do registo dos subsídios de capital e correções relativas a períodos anteriores de impostos diretos.

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas, por um lado e do volume de investimento a realizar, por outro.

O recurso ao financiamento bancário tem-se revelado uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal. Há que registar que em 2023 houve lugar ao pedido de financiamento bem assim como à utilização de empréstimo de médio e longo prazo por parte do Município de Matosinhos. Ao contrário do que havia sucedido em 2021 e 2022, assistiu-se em 2023 a um decréscimo da dívida de empréstimos bancários, de médio e longo prazo, em 5,4%, passando a dívida de 42.773.986,65 euros, em 2022, para 40.474.901,28 euros em 2023.

Quadro n.º 3
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2020	2021	2022	2023
1- Dívida empréstimos de m/l prazo no início do período	40 354 342,43	35 252 270,06	41 933 289,80	42 773 986,65
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	0,00	11 536 689,13	3 728 912,25	4 162 902,15
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	5 102 072,37	4 855 669,39	2 888 215,40	6 461 987,52
Dívida de empréstimos de m/l prazo no final do período	35 252	41 933	42 773	40 474
(1+2+3-4)	270,06	289,80	986,65	901,28
Taxa de Crescimento da Dívida	-12,6%	19,0%	2,0%	-5,4%

Esta redução de 2,3 milhões de euros deveu-se, como se pode verificar da leitura do quadro n.º 3, por um lado à utilização de empréstimos contratados, e por outro à amortização, em montante superior, dos empréstimos contraídos em anos anteriores. O quadro n.º 3 espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal nos últimos quatro anos, e que se circunscreve ao Município.

No quadro n.º 4 encontram-se desagregadas as utilizações de capital ocorridas em 2023, que totalizam 4,2 milhões de euros.

Quadro n.º 4
Financiamento bancário

Designação	Utilização capital 2023	Peso %
Mobilidade em Matosinhos: Ligação entre a Barranha e Cruz de Pau	1 355 352,33	
Sub-total Empréstimo CGD N.º 2594/001404/291 até ao montante de 9.551.819,47€	1 355 352,33	32,56
Programa Qualidade 100%	439 022,96	
Arranjos Exteriores do CH da Cruz de Pau	545 854,15	
Projeto Piloto - Caminho Rural - Ligação entre a Rua dos Caçadores e a Rua do Marreco em Lavra	91 148,87	
Estar Perto das Pessoas: Habitação Social - Conjunto Habitacional de Custió	1 689 791,63	
Estar Perto das Pessoas: Habitação Social - Conjunto Habitacional do Chouso	41 732,20	
Sub-total Empréstimo CGD N.º 2594/002118/991 até ao montante de 17.378.941,50€	2 807 549,81	67,44
Total Passivos Financeiros	4 162 902,14	100,0

4.5 Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados) e são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua performance, servindo para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 5 relativamente ao grupo autárquico, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 5

Indicadores	2023	2022	Variação
Estrutura do Ativo			
Ativo não Corrente / Ativo Total	87,7%	89,0%	-1,5%
Ativo Corrente / Ativo Total	12,3%	11,0%	12,0%
Ativo não Corrente / Ativo Corrente	712,0%	809,3%	-12,0%
Estrutura do Passivo			
Passivo não Corrente / Passivo Total	66,5%	67,5%	-1,5%
Passivo Corrente / Passivo Total	33,5%	32,5%	3,1%
Passivo não Corrente / Passivo Corrente	198,2%	207,5%	-4,5%
Análise do Ativo não Corrente			
Investimentos / Endividamento a médio longo prazo	18,7	17,2	8,7%
Índices de Liquidez			
Ativo Corrente / Passivo Corrente	3,8	3,5	9,9%
Disponibilidades / Passivo Corrente	1,8	1,4	22,2%
Índice de Solvência			
Dívidas a terceiros / Ativo total	7,4%	7,8%	-5,9%
Índice de Solvabilidade			
Património Líquido / Passivo	9,5	9,3	1,3%
Índice de Autonomia Financeira			
Património Líquido / Ativo	90,4%	90,3%	0,1%
Rendimento do Património Líquido			
Resultado Líquido / Património Líquido	1,86%	1,44%	29,2%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que ela não se alterou muito entre 2022 e 2023, tendo-se, no entanto, assistido a um ligeiro reforço do peso do ativo corrente sobre o total do ativo o que determinou que o peso do ativo não corrente sobre o corrente tenha passado de 809,2% em 2022 para 712,0% em 2023, ou seja, o ativo não corrente é agora cerca de 7,1 vezes superior ao corrente.

Já no que se refere à estrutura do passivo, em virtude da alteração da contabilização dos subsídios de capital que, até 2020, vinham sendo contabilizados no passivo corrente (diferimentos) e que, por força do disposto na NCP 14 foram reclassificados em património líquido, assistiu-se a uma clara inversão do peso de cada uma das componente (não corrente e corrente) no total do passivo. O passivo não corrente é agora cerca de 2 vezes superior ao corrente.

O ativo não corrente constitui basicamente o investimento direto do grupo autárquico. Ao compararmos esta componente do ativo (investimentos) com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que, em 2023, o primeiro supera o segundo em cerca de 19 vezes, o que significa que apenas cerca de 5% do ativo não corrente avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a garantia, em bens, do grupo municipal aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 19% do total de ativos são bens de domínio público. Portanto, este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, poderemos constatar um aumento em ambos: por um lado, embora se tenha assistido a um aumento do passivo corrente, o aumento verificado no ativo corrente é substancialmente superior, mesmo quando o segundo é subtraído dos inventários, o que resulta no aumento deste índice em cerca de 9,9%; por outro lado, o aumento das disponibilidades, de 2022 para 2023, conjugado com o aumento, mas de montante inferior, do passivo corrente fez com que o rácio passasse de 1,4% para 1,8% (variação de 22,2%).

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção, e até mesmo o reforço, de uma situação financeira positiva do grupo autárquico: de facto, o peso das dívidas a terceiros no ativo total é de apenas 7,4%, o que represente numa melhoria de 5,9% face ao ano transato. O índice de autonomia financeira manteve-se inalterado num valor muito confortável, superior a 90%, reforçando o seu valor em 0,1 p.p. face ao ano de 2022.

Já o indicador relativo ao Rendimento do Património Líquido apresenta uma variação positiva de cerca de 29%, traduzindo o reforço da razão entre o resultado líquido do exercício e o património líquido em cerca de trinta por cento.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

Quadro n.º 6
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	34 735 499,11	Pagamentos	159 074 940,88
Execução Orçamental	29 095 593,70	Atividades operacionais	118 106 646,23
Operações de Tesouraria	5 639 905,41	Atividades de investimento	32 754 912,38
		Atividades de financiamento	8 213 382,27
Recebimentos	169 269 021,52	Saldo para a Gerência Seguinte	44 929 579,75
Atividades operacionais	148 341 220,48	Execução Orçamental	39 530 807,08
Atividades de investimento	16 674 402,53	Operações de Tesouraria	5 398 772,67
Atividades de financiamento	4 253 398,51		
Total	204 004 520,63	Total	204 004 520,63

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2023, aparece refletido no Quadro n.º 6, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 169.269.021,52 euros, dos quais 148.341.220,48 euros são provenientes de atividades operacionais (87,6%).

Desta forma, sendo o volume de recebimentos (169.269.021,52 euros) superior em 10.194.080,64 euros aos pagamentos, e existindo um saldo inicial de 34 735 499,11 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 44.929.579,75 euros, dos quais 5.398.772,67 euros correspondem a Operações de Tesouraria.

Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.



2. Balanço Consolidado

BLC - BALANÇO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO
2023/01/01 - 2023/12/31

ANO
2023

Euros

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente		698 095 605,52	682 283 048,30
Ativos fixos tangíveis	5/14	669 645 783,44	655 587 720,22
Propriedades de investimento	8	4 857 183,12	3 162 726,78
Ativos intangíveis	9	854 465,07	1 165 261,82
Participações financeiras	18.3	21 241 361,71	20 669 224,33
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	18.1	16 213,79	16 213,79
Cientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	2/18.1	35 730,02	33 204,44
Diferimentos	23.2	104 021,12	140 243,77
Outras contas a receber	18.1	1 340 847,25	1 508 453,15
Ativo corrente		98 051 874,91	84 300 254,35
Inventários	9/10	84 873,62	89 936,56
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1	5 963 642,93	3 482 179,22
Cientes, contribuintes e utentes	9/18.1	782 557,00	614 631,04
Estado e outros entes públicos	23.1	270 454,92	231 668,55
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	9/18.1	44 766 807,49	43 575 583,49
Diferimentos	23.2	1 253 959,20	1 570 756,38
Caixa e depósitos	1/18.1	44 929 579,75	34 735 499,11
Total Ativo		796 147 480,43	766 583 302,65
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital		479 769 843,51	479 769 843,51
Reservas		4 310 851,04	3 809 590,18
Resultados transitados		51 787 020,97	42 281 946,81
Ajustamentos em ativos financeiros	20.3	-21 199 478,11	-21 753 757,61
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido	14/18.3	191 964 893,01	178 339 652,27
Resultado líquido do período		13 380 859,32	9 958 189,95
Total Património Líquido		720 013 989,74	692 405 465,11
PASSIVO			
Passivo não corrente		50 599 987,47	50 054 657,64
Provisões	15.1	12 095 572,55	9 062 610,64
Financiamentos obtidos	7/18.2	37 157 693,87	39 475 169,55
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Diferimentos	4/23.2	1 340 847,25	1 508 453,15
Outras contas a pagar	18.2	5 873,80	8 424,30
Passivo corrente		25 533 503,22	24 123 179,90
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.2	2 000,00	59 400,00
Fornecedores	18.2	2 663 319,06	1 996 540,19
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	23.1	275 830,24	172 149,69
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7/18.2	3 317 207,41	3 298 817,10
Fornecedores de investimentos	18.2	267 101,25	192 546,69
Outras contas a pagar	18.2	14 887 467,23	14 735 142,04
Diferimentos	4/23.2	4 120 578,03	3 668 584,19
Total Passivo		76 133 490,69	74 177 837,54
Total Património Líquido e Passivo		796 147 480,43	766 583 302,65

Presidente da Câmara

Em ____ de _____ de _____

Órgão Executivo

Em ____ de _____ de _____



3. Demonstração de Resultados Consolidada

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO
2023/01/01 - 2023/12/31

ANO
2023

Euros

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	13/14	82 596 149,73	71 551 271,84
Vendas	13	3 200 989,53	39 962,69
Prestações de serviços e concessões	13	19 848 492,14	20 801 317,62
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	45 654 970,54	42 527 825,66
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18	1 340,24	10 033,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-1 477 036,36	-1 393 199,32
Fornecimentos e serviços externos	6/23.3	-44 202 183,20	-36 937 367,35
Gastos com pessoal	19	-51 799 293,78	-48 316 186,53
Transferências e subsídios concedidos		-19 210 821,23	-19 243 002,75
Prestações sociais		-182 831,00	-134 414,21
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10/14	-4 707,90	31 406,46
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/14	-35 631,20	-254 081,44
Provisões (aumentos/reduções)	15	-3 032 961,91	1 280 443,94
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	10 000,00	0,00
Aumentos/redução de justo valor		63,68	0,00
Outros rendimentos	13	11 897 041,39	7 111 786,08
Outros gastos	23.4	-5 939 930,06	-5 234 666,45
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		37 323 650,61	31 841 129,99
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-22 317 525,05	-21 231 638,37
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		15 006 125,56	10 609 491,62
Juros e rendimentos similares obtidos	13	117 755,68	109 063,11
Juros e gastos similares suportados	7	-1 726 017,10	-754 558,73
Resultado antes de impostos		13 397 864,14	9 963 996,00
Imposto sobre o rendimento do período		-17 004,82	-5 806,05
Resultado líquido do período		13 380 859,32	9 958 189,95

Presidente da Câmara

Em ____ de _____ de _____

Órgão Executivo

Em ____ de _____ de _____



4. Demonstração do Património Líquido Consolidada

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL

Ano
2023

Euros

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		479 769 843,51	0,00	0,00	0,00	3 809 590,18	42 281 946,81	-21 753 757,61	0,00	178 339 652,27	9 958 189,95	692 405 465,11	0,00	692 405 465,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	501 260,86	9 505 074,16	554 279,50	0,00	13 625 240,74	-9 958 189,95	14 227 665,31	0,00	14 227 665,31
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-175 858,43	0,00	0,00	12 744 398,14	0,00	12 568 539,71	0,00	12 568 539,71
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	14/18.3	0,00	0,00	0,00	0,00	501 260,86	9 680 932,59	554 279,50	0,00	880 842,60	-9 958 189,95	11 617 315,55	0,00	11 617 315,55
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 380 859,32	13 380 859,32	0,00	13 380 859,32
RESULTADO INTEGRAL											3 422 669,37	3 422 669,37		3 422 669,37
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Redução de capital por cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
														0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		479 769 843,51	0,00	0,00	0,00	4 310 851,04	51 787 020,97	-21 199 478,11	0,00	191 964 893,01	13 380 859,32	720 013 989,74		720 013 989,74



5. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO

2023/01/01 - 2023/12/31

ANO

2023

Euros

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19 593 791,42	17 689 263,57
Recebimentos de contribuintes		70 062 837,43	60 454 698,74
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		45 869 640,59	42 811 476,38
Recebimentos de utentes		10 924 340,64	7 392 677,80
Pagamentos a fornecedores		-48 719 658,77	-42 924 660,06
Pagamentos ao pessoal		-51 153 656,24	-47 803 075,09
Pagamentos de transferências e subsídios		-18 048 266,22	-19 034 960,51
Pagamentos de prestações sociais		-185 065,00	-147 769,71
Caixa gerada pelas operações		28 343 963,85	18 437 651,12
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento		18 532,96	8 817,17
Outros recebimentos/pagamentos		1 872 077,44	-166 310,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		30 234 574,25	18 280 157,87
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-32 662 976,03	-32 285 434,88
Pagamentos - Ativos intangíveis		-91 936,35	-108 022,73
Pagamentos - Propriedades de investimento		0,00	0,00
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00	0,00
Pagamentos - Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		271 885,55	27 854,46
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00	0,00
Recebimentos - Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Recebimentos - Investimentos financeiros		1 000,00	0,00
Recebimentos - Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos - Subsídios ao investimento		9 207 210,96	8 503 898,82
Recebimentos - Transferências de capital		7 194 306,02	1 927 107,59
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Recebimentos - Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-16 080 509,85	-21 934 596,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		4 162 902,15	3 728 912,25
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Recebimentos - Doações		0,00	0,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento		90 496,36	99 156,52
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-6 461 987,52	-2 895 148,33
Pagamentos - Juros e gastos similares		-1 751 394,75	-651 292,72
Pagamentos - Dividendos		0,00	0,00
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-3 959 983,76	281 627,72
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		10 194 080,64	-3 372 811,15
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		34 735 499,11	38 108 310,26
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		44 929 579,75	34 735 499,11
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)		34 735 499,11	38 108 310,26
SGA De execução orçamental		29 095 593,70	30 849 792,10
SGA De operações de tesouraria		5 639 905,41	7 258 518,16
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		44 929 579,75	34 735 499,11
SGS De execução orçamental		39 530 807,08	29 095 593,70
SGS De operações de tesouraria		5 398 772,67	5 639 905,41



6. Demonstrações Orçamentais

6.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

DDORC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

GRUPO MUNICIPAL

Ano

2023

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	N	N-1	RUBRICA	PAGAMENTOS	N	N-1
	Saldo de gerência anterior						
	Operações orçamentais [1]	27 066 382,77	29 667 128,23				
	Devolução do saldo oper. orçamentais	26 620 016,37	29 224 456,76				
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00				
	Operações de tesouraria [A]	5 639 905,41	7 258 518,16				
	Receita corrente	148 245 303,54	130 616 407,36		Despesa corrente	119 057 161,16	109 073 589,87
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	70 068 456,76	60 469 603,72	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	37 354 515,38	34 040 046,83
R1.2	Impostos indiretos	23 991,41	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	934 665,65	912 036,82
				D1.3	Segurança social	9 975 567,96	10 065 195,26
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	44 636 488,68	39 520 945,43
R3	Taxas, multas e outras penalidades	11 646 139,04	7 374 313,76	D3	Juros e outros encargos	1 751 489,33	651 053,97
R4	Rendimentos de propriedade	7 946 132,59	8 238 210,89	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes			D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes			D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas			D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 727 221,79	3 477 495,41
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	42 925 424,12	31 839 066,38	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	231 584,51	8 806 779,51	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	2 399 885,11	2 407 457,90
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	7 211 457,22	6 803 309,89
R5.1.2	Exterior - U E	1 102 246,36	700 498,84	D4.1.3	Famílias	1 367 086,66	1 221 615,32
R5.1.3	Outras	1 616 007,07	1 469 768,08	D4.1.4	Outras	615 087,19	799 816,72
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.2	Subsídios Correntes	8 575 630,72	8 475 999,98
R6	Venda de bens e serviços	12 110 556,12	11 331 935,79				
R7	Outras receitas correntes	574 765,56	386 230,39	D5	Outras despesas correntes	1 508 065,47	698 616,34
	Receita de capital	16 650 765,48	10 459 866,88		Despesa de capital	35 262 669,85	35 626 520,23
R8	Venda de bens de investimento	249 248,50	17 427,07	D6	Aquisição de bens de capital	32 933 222,03	32 676 997,44
R9	Transferências e subsídios de capital			D7	Transferências e subsídios de capital		
R9.1	Transferências de capital			D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas			D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 465 791,00	1 060 664,06	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	178 520,46	273 129,56
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	5 728 515,02	866 443,53	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	19 580,53	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	9 207 210,96	8 503 898,82	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	805 283,37	1 366 203,05
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	1 304 806,95
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	1 324 487,00	0,00
				D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	11 433,40	D8	Outras despesas de capital	1 576,46	5 383,23
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 931 322,12	182 393,55				
	Receita efetiva [2]	166 827 391,14	141 258 667,79		Despesa efetiva [5]	154 319 831,01	144 700 110,10
	Receita não efetiva [3]	4 163 902,15	3 728 912,25		Despesa não efetiva [6]	6 461 987,52	2 888 215,40
R12	Receita com ativos financeiros	1 000,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	4 162 902,15	3 728 912,25	D10	Despesa com passivos financeiros	6 461 987,52	2 888 215,40
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	198 057 676,06	174 654 708,27		Soma [7]=[5]+[6]	160 781 818,53	147 588 325,50
	Operações de tesouraria [B]	4 429 645,94	7 310 271,78		Operações de tesouraria [C]	4 670 778,68	8 928 884,53
					Saldo para a gerência seguinte	42 674 630,20	32 706 288,18
					Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	37 275 857,53	27 066 382,77
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	5 398 772,67	5 639 905,41
					Saldo global [2] - [5]	12 507 560,13	-3 441 442,31
					Despesa primária	152 568 341,68	144 049 056,13
					Saldo corrente	29 188 142,38	21 542 817,49
					Saldo de capital	-18 611 904,37	-25 166 653,35
					Saldo primário	14 259 049,46	-2 790 388,34
					Receita total [1] + [2] + [3]	198 057 676,06	174 654 708,27
					Despesa total [5] + [6]	160 781 818,53	147 588 325,50



6.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

DDORC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

GRUPO MUNICIPAL

Ano

2023

Euros

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	N	N-1	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	N	N-1
R1	Receita corrente	5 527 786,73	4 275 145,15	D1	Despesa corrente	314 654,31	165 302,55
R1.1	Receita fiscal			D1.1	Despesas com o pessoal	0,00	0,00
R1.2	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	293,02	0,00
	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	0,00
				D1.3	Segurança social	0,00	1 653,82
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	311 961,29	146 377,33
R3	Taxas, multas e outras penalidades	692 774,79	727 033,40	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	1 164 933,03	1 120 457,79	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	561 555,18	404 421,16	D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 400,00	2 400,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	2 000,00	6 400,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	0,00	9 300,00
R5.1.3	Outras	559 155,18	402 021,16	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	3 087 475,78	1 969 706,06				
R7	Outras receitas correntes	21 047,95	53 526,74	D5	Outras despesas correntes	400,00	1 571,40
	Receita de capital	124 010,27	130 031,45		Despesa de capital	149 147,51	97 329,96
R8	Venda de bens de investimento	82 763,22	88 784,40	D6	Aquisição de bens de capital	149 147,51	44 329,96
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	41 247,05	41 247,05	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00	53 000,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
				D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	881,15	698,84				
	Receita efetiva [2]	5 652 678,15	4 405 875,44		Despesa efetiva [5]	463 801,82	262 632,51
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros		0,00	D10	Despesa com passivos financeiros		
	Receita Total [4]=[1]+[2]+[3]	5 652 678,15	4 405 875,44		Despesa Total [7]=[5]+[6]	463 801,82	262 632,51

7. Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas

ANEXO
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

Exercício de 2023

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 7.1 – Modelo de capitalização – discriminação por empréstimos/ativos

Mapa 14.1 – Legado, Ofertas e Doações

Mapa 14.2 – Reversões de perdas por imparidade

Mapa 18.1.1 – Contas a receber

Mapa 18.2.1 – Contas a pagar

Mapa 19.1 – Gastos com o pessoal

Mapa 23.1 – Estado e outros entes públicos

Mapa 23.2 – Diferimentos

Mapa 23.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Mapa 23.4 – Outros Gastos

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis - Adições

Quadro 4 – Acordos de concessão de serviços

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis - Adições

Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis - Diminuições

Quadro 6.2 – Locações financeiras – locatário

Quadro 7 – Custos dos empréstimos obtidos

Quadro 8.1 – Propriedades Investimento: modelo do custo

Quadro 8.2A – Propriedades Investimento – Modelo do custo - Adições

Quadro 8.2B – Propriedades Investimento – Modelo do custo - Diminuições

Quadro 9.1 – Quantia Escriturada Recuperável

Quadro 9.2 – Movimentos imparidade por ativos

Quadro 10.1 – Inventários

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Quadro 13 – Rendimentos com contraprestação

Quadro 14 – Rendimentos sem contraprestação

Quadro 15.1 – Provisões

Quadro 18.1 – Ativos financeiros

Quadro 18.2 – Passivos financeiros

Quadro 18.3 – Participações financeiras

Quadro 20.1 – Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades controladas

Quadro 20.2 – Divulgações de partes relacionados - Transações entre partes relacionadas

Quadro 20.3 – Ajustamentos em Ativos financeiros

Quadro 20.4 – Património/Capital

INTRODUÇÃO

Em 2023 as demonstrações financeiras consolidadas do Município de Matosinhos foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

A LEO de 2020, art.º 114.º aplica este referencial contabilístico às entidades integradas no subsector da administração local e entidades reclassificadas.

O Município de Matosinhos apresenta demonstrações financeiras consolidadas, nos termos da NCP22 do SNC-AP e decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O SNC-AP visa homogeneizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As entidades que integram o perímetro de consolidação do Município encontram-se elencadas na nota 1.2.

Quanto à consolidação orçamental, o perímetro é composto pelas entidades do Grupo que, no período contabilístico, integraram o orçamento do Orçamento do Estado e, por conseguinte, o perímetro de consolidação das administrações públicas, pelo que apenas engloba, através do método de consolidação simples, as entidades Município de Matosinhos e Matosinhos Habit.

Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O Município de Matosinhos adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo esse sistema contabilístico.

Recursos Humanos

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2023:

Categoria	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador	-	-	1
Dirigente Superior	5	-	1
Dirigente Intermédio	63	6	9
Técnico Superior	485	29	38
Assistente Técnico	390	30	14
Assistente Operacional	1117	104	9
Informática	19	-	-
Polícia Municipal	62	-	-
Outros	24	-	4
TOTAL	2165	169	76

Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2023, a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários são os seguintes:

Quadro 1.1 – Caixa e depósitos bancários

Conta	2023	2022
Caixa	32 099,61	34 857,10
Depósitos à ordem	33 250 117,17	27 436 806,77
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00	0,00
Depósitos bancários à Ordem	33 250 117,17	27 436 806,77
Outros depósitos	11 647 362,97	7 263 835,24
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	6 307 404,31	1 743 043,45
Depósitos de garantias e cauções	5 339 958,66	5 520 791,79
Total de caixa e depósitos	44 929 579,75	34 735 499,11

1.2 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 75 da Lei 73/2013 – Regime Financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



matosinhos *Município de Matosinhos – Entidade Mãe*

Sede Social - Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 5-A/2002 e Lei 159/99, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



Empresa Municipal - Matosinhos Sport MS, EEM

Sede Social - Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora

Atividade Principal - Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de atividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo. Detida a 100% pelo município.



Empresa Municipal - Matosinhos Habit MH, EEM.

Sede Social - Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos

Atividade Principal - Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade. Detida a 100% pelo município.



A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.

Sede Social - Av. Fernão de Magalhães, 1862, 13º. 4350-158 Porto

Atividade Principal – Transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes integrados na Área Metropolitana do Porto – Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

A participação do município é de 11,98%.

1.3 Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação integral para as entidades detidas a 100% pela entidade mãe, neste caso as empresas municipais, Matosinhos Sport e Matosinhos Habit e o método de consolidação de equivalência patrimonial para a empresa STCP detida a 11,98%, considerando a NCP23 paragrafo 5, o enquadramento dado pela Lei 50/2012, de 31 agosto, art.º 7º e 19º e articulando com a Lei 73/2013, de 30 de setembro .

Conforme já foi referido anteriormente, às entidades controladas a 100% pelo Município de Matosinhos, foi aplicado o método de consolidação integral, que consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

A entidade mãe (Município de Matosinhos) efetua as diversas conversões/ajustamentos da informação, dado que as outras entidades utilizam uma contabilidade diferente.

Extra contabilisticamente foram efetuados movimentos nas rubricas das demonstrações financeiras, tendo em vista a eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

O método da equivalência patrimonial basicamente consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Ver nota 18.3 com a discriminação das restantes participações financeiras, que pela sua participação reduzida estão excluídas do perímetro de consolidação.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município de Matosinhos e das entidades consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

b) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2023, os ativos, os passivos e os resultados das entidades do Grupo Município do Matosinhos, entendido como o conjunto do Município de Matosinhos, entidade que controla, e as suas entidades controladas.

Nos termos da NCP 22, uma entidade, independentemente da natureza do envolvimento com outra entidade, deve avaliar se é uma entidade que controla através da verificação da existência de controlo sobre outra entidade. Uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade. Uma entidade controla outra entidade se, e apenas se tiver cumulativamente:

Poder sobre a outra entidade:

Uma entidade tem poder sobre outra entidade quando detém direitos que lhe conferem num determinado momento a capacidade para orientar as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento com a outra entidade. O direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de outra entidade constitui uma indicação de que a entidade tem a capacidade para orientar as atividades relevantes de outra entidade.

O poder deriva de direitos. Em alguns casos a avaliação do poder é imediata, como sucede quando o poder sobre outra entidade é obtido diretamente, e exclusivamente, a partir dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio, como ações ou quotas, em que o mesmo decorre dos direitos de voto conferidos pelas participações financeiras. O poder pode ser obtido a partir de direitos que não o direito de voto, podendo resultar de acordos vinculativos.

A existência de direitos sobre outra entidade não confere a qualificação como poder. Uma entidade não tem poder sobre outra somente pela existência de: (a) Poder regulador; ou (b) Dependência económica.

Exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade:

Uma entidade está exposta, ou detém direitos, a benefícios variáveis pelo seu envolvimento com outra entidade quando os benefícios que pretende pelo seu envolvimento podem variar em função do desempenho da outra entidade. As entidades envolvem-se com outras entidades com a expectativa de obtenção de benefícios financeiros ou não financeiros ao longo do tempo, podendo, num determinado período de relato, os benefícios ser positivos, negativos ou uma combinação de benefícios positivos e negativos.

A capacidade de exercer o seu poder sobre a outra entidade de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade:

Uma entidade controla outra entidade se a entidade não tem somente o poder sobre a outra entidade e exposição ou direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade, mas também dispõe da capacidade de usar o seu poder para afetar a natureza ou a quantia dos benefícios decorrentes do seu envolvimento com outra entidade.

Uma entidade com poderes para tomada de decisões deve avaliar se é um agente ou um principal. Uma entidade deve também determinar se outra entidade com poderes para tomada de decisões está a atuar como um agente da entidade. Um agente é uma parte com o intuito de atuar em nome e em benefício de outra parte ou partes (o principal ou principais) e desta forma não controla a outra entidade quando exerce os seus poderes. Assim, por vezes, o poder do principal pode estar delegado e exercível por um terceiro, o agente, mas por nome e contado principal.

As políticas contabilísticas das entidades controladas são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas no Município de Matosinhos.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizados os seguintes procedimentos de consolidação:

- Agregação de itens idênticos de ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa do Município de Matosinhos e das entidades controladas.

Das entidades que pertencem ao Grupo Municipal de Matosinhos, apenas o Município de Matosinhos e a empresa Matosinhos Habit utilizam o SNC-AP, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do SNC aplicável às entidades em geral, assim como o aplicável às entidades do setor não lucrativo, conforme o caso. Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNC-AP.

- Compensação (eliminação) da quantia escriturada do investimento da Município de Matosinhos em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido em cada uma das entidades controladas.
- Eliminação da totalidade os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Município de Matosinhos.

Os ativos líquidos das entidades controladas atribuíveis às partes de capital detidas por entidades estranhas ao Grupo Municipal de Matosinhos são inscritas no Balanço na rubrica de Interesses que não controlam.

Os interesses detidos por entidades estranhas ao Grupo Município de Matosinhos sobre o resultado líquido das entidades controladas são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos detentores do capital do Grupo Município e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

c) Ativos intangíveis

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 3 anos.

d) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando as entidades incluídas no grupo autárquico controlam quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 - Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

e) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades. O custo de um bem do ativo

fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Matosinhos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos		
Edifícios e outras construções	10	a	80
Equipamento básico	1	a	10
Equipamento de transporte	1	a	10
Equipamento administrativo	1	a	8
Outros ativos fixos tangíveis	1	a	10

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

f) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

g) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são, por regra, reconhecidos como gasto do período a que dizem respeito independentemente do tipo, natureza e finalidade dos empréstimos. Porém, nos casos em que os empréstimos sejam contraídos para financiar a aquisição, construção ou produção de um determinado ativo (um ativo que se qualifica), então os custos com esses empréstimos devem ser capitalizados como parte do custo dos ativos que financiam.

h) Propriedades de Investimentos

O grupo municipal de Matosinhos contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POC-Administração Local, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

i) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município de Matosinhos passou a aplicar o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) participação em processos de decisão de políticas; (c) transações materiais entre o investidor e a participada; (d) intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

j) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, procede-se à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

I) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

m) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 - Instrumentos financeiros.

O grupo municipal reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

n) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não,

de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município de Matosinhos não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

o) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

p) Regime do acréscimo

O grupo municipal de Matosinhos regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

q) Rendimentos

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o grupo autárquico de Matosinhos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o grupo municipal cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes são reconhecidos na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

r) Partes relacionadas

O grupo municipal de Matosinhos identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 - Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município de Matosinhos;
- O Órgão executivo;
- O Fiscal Único;
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes confere uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Município de Matosinhos, nomeadamente o Ministério das Finanças, bem como o Tribunal de Contas.

s) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município de Matosinhos (entidade consolidante) goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS. O mesmo já não acontece com as entidades consolidadas, que nos termos do CIRC, estão sujeitas a tributação na matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, a uma taxa de 21% da matéria coletável acrescida de 1,50% a título de Derrama.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

Quadro 3.1 – Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	3 215 604,72	2 763 610,85	0,00	451 993,87	3 468 068,37	3 157 468,45	0,00	310 599,92
Programas de computador e sistemas de informação	1 125 426,04	605 176,16	0,00	520 249,88	1 362 211,38	1 042 254,81	0,00	319 956,57
Propriedade industrial e intelectual	790 644,21	630 294,24	0,00	160 349,97	790 644,21	675 171,73	0,00	115 472,48
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	32 668,10	0,00	0,00	32 668,10	108 436,10	0,00	0,00	108 436,10
TOTAL	5 164 343,07	3 999 081,25	0,00	1 165 261,82	5 729 360,06	4 874 894,99	0,00	854 465,07

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2023

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortiz. do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	451 993,87	176 357,40	76 106,25				-393 857,60			310 599,92
Programas de computador e sistemas de informação	520 249,88	236 785,34					-437 078,65			319 956,57
Propriedade industrial e intelectual	160 349,97						-44 877,49			115 472,48
Outros										
Ativos intangíveis em curso	32 668,10	151 874,25	-76 106,25							108 436,10
TOTAL	1 165 261,82	565 016,99	0,00	0,00	0,00	0,00	-875 813,74	0,00	0,00	854 465,07

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropriação	Doação, Herança,	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento		24 446,25		151 911,15							176 357,40
Programas de computador e sistemas de informação		236 785,34									236 785,34
Propriedade industrial e intelectual											
Outros											
Ativos intangíveis em curso		151 874,25									151 874,25
TOTAL	0,00	413 105,84	0,00	151 911,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	565 016,99

As amortizações dos ativos intangíveis estão incluídas linhas dos “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da demonstração de resultados por natureza.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Os contratos de concessão do grupo municipal correspondem aos contratos de concessão do município, que se encontram espelhados no seguinte quadro:

Quadro 4 - Acordos de concessão de serviço

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de construção e subsequente exploração de parques de 3 parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras	SABAPORTUGAL - PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A. (a)	—	50	—	—	—	—
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	—	(b)	—	—	—	—
Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas	INDAQUA MATOSINHOS - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.	53 780 966,69 €	25 anos	15 000 000,00 €	—	—	—
Contrato de concessão de gestão, exploração, manutenção e fiscalização dos lugares de estacionamento pago na via pública e de dois parques públicos de estacionamento para viaturas	DATAREDE, S.A. (c)	1 002 865,13 €	10 anos	975 300,00 €	—	—	—

(a) O contrato de concessão de serviços já não está em vigor. Mantendo-se o contrato de direito superfície.

(b) Prorrogação automática do contrato de «Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão», até à instituição de novo modelo ou novos concursos (art.º 285.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro).

(c) Apenas está identificado um ativo, em virtude de outro estar incorporado noutro ativo sem concessão

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O grupo municipal utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

O grupo municipal teve presente a aplicação do princípio da substância sobre a forma, reconhecendo os ativos que controla, independentemente da propriedade, como resultado de um evento passado, com capacidade de proporcionar um influxo ou potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se conforme os quadros que se seguem:

Quadro 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	10 084 228,99	0,00	0,00	10 084 228,99	10 932 528,44	0,00	0,00	10 932 528,44
Edifícios e outras construções	43 601 690,89	20 684 290,73	0,00	22 917 400,16	44 953 626,68	21 650 286,96	0,00	23 303 339,72
Infraestruturas	283 639 968,67	243 700 839,23	0,00	39 939 129,44	291 444 366,85	248 194 097,55	0,00	43 250 269,30
Património histórico, artístico e cultural	5 177 304,07	626 508,03	0,00	4 550 796,04	5 190 909,07	672 171,09	0,00	4 518 737,98
Outros bens de domínio público	16 373 362,65	3 838 040,82	0,00	12 535 321,83	17 009 753,05	4 844 124,08	0,00	12 165 628,97
Bens de domínio público em curso	15 559 860,09	0,00	0,00	15 559 860,09	15 170 968,83	0,00	0,00	15 170 968,83
	374 436 415,36	268 849 678,81	0,00	105 586 736,55	384 702 152,92	275 360 679,68	0,00	109 341 473,24
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3 073 886,89	1 991 617,03	0,00	1 082 269,86	3 073 886,89	2 015 328,79	0,00	1 058 558,10
Infraestruturas	84 634 819,59	30 953 076,10	0,00	53 681 743,49	84 634 819,59	31 912 411,00	0,00	52 722 408,59
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	87 708 706,48	32 944 693,13	0,00	54 764 013,35	87 708 706,48	33 927 739,79	0,00	53 780 966,69
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	161 350 673,99	0,00	0,00	161 350 673,99	161 424 754,19	0,00	0,00	161 424 754,19
Edifícios e outras construções	430 450 918,09	152 433 881,14	0,00	278 017 036,95	481 620 373,34	163 562 417,80	0,00	318 057 955,54
Equipamento básico	21 525 984,75	18 165 270,49	0,00	3 360 714,26	22 676 225,08	19 334 203,92	0,00	3 342 021,16
Equipamento de transporte	4 492 462,96	3 394 551,71	0,00	1 097 911,25	4 429 149,96	3 478 401,44	0,00	950 748,52
Equipamento administrativo	10 475 026,26	9 139 452,72	0,00	1 335 573,54	11 057 709,51	9 870 621,74	0,00	1 187 087,77
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	11 296 040,07	9 959 252,86	0,00	1 336 787,21	11 652 283,91	10 218 647,68	0,00	1 433 636,23
Ativos fixos tangíveis em curso	48 738 273,12	0,00	0,00	48 738 273,12	20 127 140,10	0,00	0,00	20 127 140,10
	688 329 379,24	193 092 408,92	0,00	495 236 970,32	712 987 636,09	206 464 292,58	0,00	506 523 343,51
TOTAL	1 150 474 501,08	494 886 780,86	0,00	655 587 720,22	1 185 398 495,49	515 752 712,05	0,00	669 645 783,44

Quadro 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e variação do período

RUBRICAS	Variações no período									
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	10 084 228,99	0,00	848 299,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 932 528,44
Edifícios e outras construções	22 917 400,16	124 591,78	1 383 360,75	0,00	0,00	0,00	-1 071 076,47	0,00	-50 936,50	23 303 339,72
Infraestruturas	39 939 129,44	346 298,82	7 458 099,36	0,00	0,00	0,00	-4 493 258,32	0,00	0,00	43 250 269,30
Património histórico, artístico e cultural	4 550 796,04	13 605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-45 663,06	0,00	0,00	4 518 737,98
Outros bens de domínio público	12 535 321,83	6 631,57	629 758,83	0,00	0,00	0,00	-1 006 083,26	0,00	0,00	12 165 628,97
Outros Bens de domínio público em curso	15 559 860,09	13 685 167,35	-9 081 151,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 992 906,86	15 170 968,83
	105 586 736,55	14 176 294,52	1 238 366,64	0,00	0,00	0,00	-6 616 081,11	0,00	-5 043 843,36	109 341 473,24
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 082 269,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 711,76	0,00	0,00	1 058 558,10
Infraestruturas	53 681 743,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-959 334,90	0,00	0,00	52 722 408,59
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	54 764 013,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-983 046,66	0,00	0,00	53 780 966,69
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	161 350 673,99	1 776 097,01	-1 605 367,39	0,00	0,00	0,00	13 584,92	0,00	-110 234,34	161 424 754,19
Edifícios e outras construções	278 017 036,95	1 568 136,34	49 509 823,59	0,00	0,00	0,00	-11 037 041,34	0,00	0,00	318 057 955,54
Equipamento básico	3 360 714,26	1 139 188,31	90 708,33	0,00	0,00	0,00	-1 244 861,06	0,00	-3 728,68	3 342 021,16
Equipamento de transporte	1 097 911,25	251 846,57	0,00	0,00	0,00	0,00	-390 300,96	0,00	-8 708,34	950 748,52
Equipamento administrativo	1 335 573,54	635 515,19	0,00	0,00	0,00	0,00	-735 997,67	0,00	-48 003,29	1 187 087,77
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 336 787,21	495 732,47	854,85	0,00	0,00	0,00	-370 611,05	0,00	-29 127,25	1 433 636,23
Ativos fixos tangíveis em curso	48 738 273,12	25 415 397,91	-44 287 734,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 738 796,34	20 127 140,10
	495 236 970,32	31 281 913,80	3 708 284,79	0,00	0,00	0,00	-13 765 227,16	0,00	-9 938 598,24	506 523 343,51
TOTAL	655 587 720,22	45 458 208,32	4 946 651,43	0,00	0,00	0,00	-21 364 354,93	0,00	-14 982 441,60	669 645 783,44

Nas Depreciações do Período não estão refletidos -62.013,04€ movimentados na conta 43.8 de depreciações acumuladas, que não resultaram de depreciações do período, mas de regularizações, pelo que a conta de contrapartida utilizada não foi a 64.2.

Quadro 5.2A - Ativos Fixos Tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, Herança,	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	124 591,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124 591,78
Infraestruturas	0,00	346 298,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346 298,82
Património histórico, artístico e cultural	0,00	13 305,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 605,00
Outros bens de domínio público	0,00	6 631,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 631,57
Outros Bens de domínio público em curso	885 535,55	12 768 867,11	0,00	0,00	30 764,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 685 167,35
	885 535,55	13 259 694,28	0,00	0,00	30 764,69	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 176 294,52
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	1 092 812,37	0,00	0,00	0,00	725 060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 817 872,37
Edifícios e outras construções	0,00	1 526 360,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 526 360,98
Equipamento básico	0,00	1 135 788,31	0,00	0,00	0,00	3 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 139 188,31
Equipamento de transporte	0,00	251 846,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251 846,57
Equipamento administrativo	0,00	531 995,19	0,00	0,00	0,00	103 520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	635 515,19
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	464 689,87	0,00	0,00	0,00	31 042,60	0,00	0,00	0,00	0,00	495 732,47
Ativos fixos tangíveis em curso	4 308 081,14	21 100 471,80	0,00	0,00	6 844,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 415 397,91
	4 308 081,14	26 103 965,09	0,00	0,00	6 844,97	863 022,60	0,00	0,00	0,00	0,00	31 281 913,80
TOTAL	5 193 616,69	39 363 659,37	0,00	0,00	37 609,66	863 322,60	0,00	0,00	0,00	0,00	45 458 298,32

Quadro 5.2B - Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-50 936,50	-50 936,50
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 992 906,86	-4 992 906,86
	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 043 843,36	-5 043 843,36
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-110 234,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-110 234,34
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 728,68	-3 728,68
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 708,34	-8 708,34
Equipamento administrativo	-23,29	0,00	0,00	0,00	-47 980,00	-48 003,29
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-29 127,25	-29 127,25
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 738 796,34	-9 738 796,34
	-110 257,63	0,00	0,00	0,00	-9 828 340,61	-9 938 598,24
TOTAL	-110 257,63	0,00	0,00	0,00	-14 872 183,97	-14 982 441,60

Nota 6 - Locações

No grupo municipal existem vários contratos de locação operacional e financeira, que se apresentam no seguinte quadro, discriminado por entidade:

Quadro 6.2 - Locações operacionais - locatário

ENTIDADE	Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados	
			Período	Acumulado
			Pagamentos	Pagamentos
MUNICIPIO	Terrenos	2 148 624,42	97 159,17	987 567,75
	Espaços	1 241 904,75	148 619,61	1 000 682,11
	rendas lojas	1 222 501,50	136 965,36	1 000 682,11
	stands	19 403,25	11 654,25	0,00
	Equipamentos	2 361 496,27	517 048,18	637 040,57
	Viaturas	1 003 227,79	191 407,40	254 978,03
	Equipamentos Informática	625 159,80	85 002,84	0,00
	Mobiliário urbano	388 863,50	34 321,17	354 542,33
	palcos	122 704,80	122 262,00	0,00
	salas pré-fabricadas	156 100,59	58 477,37	17 680,21
	aluguer equip. (vespas)	41 137,24	12 000,45	0,00
	sanitarios	22 575,63	12 735,63	9 840,00
	purificadores água	1 726,92	841,32	0,00
	Outras habitações	0,00	0,00	0,00
	Materiais e outros bens	243 662,05	119 823,88	10 685,49
	Localização veículos	59 921,34	8 703,22	0,00
	mat. Audiovisual/ geradores / outros	183 740,71	111 120,66	10 685,49
	Total	5 995 687,49	882 650,84	2 635 975,92
MATOSINHOS HABIT	Equipamentos	309 636,91	81 232,74	179 073,57
	Viaturas	189 439,15	46 166,85	101 884,87
	Equipamentos Informática	85 511,76	15 264,12	51 950,33
	contentores	34 686,00	19 801,77	25 238,37
	Outros	39 860,61	19 181,85	31 818,87
	Licenças de Software	12 288,93	12 288,93	12 288,93
	Renting fotocopiadoras	27 571,68	6 892,92	19 529,94
	Total	349 497,52	100 414,59	210 892,44
TOTAL		6 345 185,01	983 065,43	2 846 868,36

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

O tratamento dos custos com empréstimos obtidos, está prescrito na NCP 7 – Custos de empréstimos obtidos:

- Modelo do Gasto – devem ser reconhecidos como gasto no período em que são suportados, independentemente de como esses empréstimos são aplicados (parágrafo 3).
- Modelo da Capitalização – devem ser reconhecidos quando sejam diretamente atribuíveis á aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica devendo ser capitalizados como parte do custo desse ativo (parágrafo 4).

O Município de Matosinhos, adota o modelo do gasto, aos empréstimos obtidos até 31-12-2019, incluindo os relativos a ativos que se qualificam, dado que os seus processos já se encontram concluídos.

Os custos de empréstimos obtidos em 2023 do grupo municipal, foram reconhecidos como definido na norma acima referida e constam do seguinte mapa:

Quadro 7 - Custos dos empréstimos obtidos

Custo empréstimos	2023	2022
Modelo do Gasto	1 667 502,22	691 337,97
Modelo Capitalização	211 547,45	90 541,88
Total	1 879 049,67	781 879,85

Mapa 7.1 - Modelo de capitalização - discriminação por empréstimo/ativos

EMP. 2594/001404/291	2023	2022
Ligação da Av. Edison Magalhães à Escola Básica da Cruz de Pau	-12 087,62	15 562,61
Casa do Alertinha	-1 272,80	2 444,20
Mobilidade em Matosinhos: Ligação da A28 à Petrogal	-3 409,90	7 986,65
Reabilitação da EB da Agudela	-2 776,02	22 246,46
Ligação entre a Barranha e Cruz de Pau	59 535,60	5 282,19
Total	39 989,26	53 522,11
NORTE-08-5673-FEDER-000147	2023	2022
Escola Secundária da Boa nova, Leça da Palmeira	14 195,55	4 721,09
Total	14 195,55	4 721,09
NORTE-08-5673-FEDER-000148	2023	2022
Escola Secundária Abel Salazar, S. Mamede de Infesta	54 425,24	3 596,46
Total	54 425,24	3 596,46
EMP. 2594/001999/091	2023	2022
Aquisição de 2 edifícios na Rua Flor de Infesta 1.º DIREITO - Programa de apoio ao acesso à Habitação	35 536,04	14 794,49
Total	35 536,04	14 794,49
EMP. 1290781/830/040	2023	2022
Aquisição de 2 edifícios na Rua Flor de Infesta 1.º DIREITO - Programa de apoio ao acesso à Habitação	55 290,28	13 907,73
Total	55 290,28	13 907,73
EMP. 2594/002118/991	2023	2022
Habitação Social - Conjunto Habitacional de Recarei (1)	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional da Ponte do Carro (1)	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional do Chouso (1)	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional do Seixo II (1)	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional de Custió (1)	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional da Cruz de Pau	7 660,71	0,00
Programa Qualidade 100%	3 168,90	0,00
Aquisição do Campo de Jogos do Senhora da Hora Futebol Clube	0,00	0,00
Aquisição de terrenos e edifícios destinados à Requalificação Urbanística do Concelho	0,00	0,00
Aquisi. da Loja 22 (fração "X") do Edifício da Antiga Câmara	0,00	0,00
Caminho Rural - Ligação entre Rua dos Caçadores e a Rua dos Marrecos, Larva	1 281,47	0,00
Aquisição terreno envolvente ao Castro de Guifões	0,00	0,00
Total	12 111,08	0,00
Total	211 547,45	90 541,88

⁽¹⁾ Candidatura PRR / IHRU aprovada

Nota 8 - Propriedades de investimento (NCP8)

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano:

Quadro 8.1 – Propriedades de Investimento: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações (Modelo do Custo)							Quantia Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transf. Internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Diferenças Cambiais	Diminuições			Rendas ⁽¹⁾	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de Domínio Público			1 788 190,46						1 788 190,46			
Terrenos e Recursos Naturais			45 635,30	-139 369,42					3 068 992,66		558 920,00	
Edifícios e Outras Construções ⁽²⁾	3 162 726,78											
Outras PI		45 635,30	-45 635,30									
PI em Curso												
TOTAL	3 162 726,78	45 635,30	1 788 190,46	-139 369,42	0,00	0,00	0,00	0,00	4 857 183,12	0,00	558 920,00	0,00

⁽¹⁾ Rendimentos do período apresentados são os recebidos no período.

⁽²⁾ Apresenta-se a relação das propriedades de investimento no período:

- Com rendimento (refletido no mapa 13):
 - Antigo Posto Turismo Matosinhos – Parque Basílio Teles;
 - Centro de Inovação de Matosinhos;
 - Edifício das Repartições Públicas;
 - Equipamento de Apoio à Praia de Leça;
 - Parque de Campismo de Angeiras;
 - Quiosque do Mercado de Matosinhos;
 - Restaurante do Parque das Varas.
- Sem rendimento:
 - Casa de Chá – Restaurante da Boa Nova

Quadro 8.2A – Propriedades de Investimento - Modelo do custo - Adições

RUBRICAS	Adições (Modelo do Custo)										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Bens de Domínio Público											
Terrenos e Recursos Naturais											
Edifícios e Outras Construções											
Outras PI		45 635,30									45 635,30
PI em Curso											
TOTAL	0,00	45 635,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 635,30

Nota 9 – Imparidade de ativos

Relativamente aos ativos que não estão mensurados ao justo valor através dos resultados, o grupo municipal e nos que se verificaram indícios de imparidade, foi efetuada uma análise e constituídas reforços nos diferentes ativos. Os movimentos das imparidades de ativos encontram-se refletidos nos mapas abaixo:

Quadro 9.1 - Quantia escriturada recuperável

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidades Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	5 963 642,93	0,00	0,00	5 963 642,93
Clientes, contribuintes e utentes	2 369 203,26	1 549 623,26	0,00	819 580,00
Outras contas a receber	49 502 526,39	2 252 500,08	0,00	47 250 026,31
Mercadarias	3 471,89	0,00	0,00	3 471,89
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	95 359,36	13 957,63	0,00	81 401,73
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	22 445 551,13	0,00	0,00	22 445 551,13
Propriedades de investimento	4 857 183,12	0,00	0,00	4 857 183,12
Ativos fixos tangíveis	633 712 593,03	0,00	0,00	633 712 593,03
Ativos intangíveis	736 487,28	0,00	0,00	736 487,28
Investimentos em curso	35 330 777,03	0,00	0,00	35 330 777,03
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	755 016 795,42	3 816 080,97	0,00	751 200 714,45

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2023

Quadro 9.2 - Movimentos de imparidades por ativos

Classes	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cientes, contribuintes e utentes	1 666 579,28	39 135,76	156 091,78	1 549 623,26
Outras contas a receber e a pagar	2 099 912,86	157 303,10	4 715,88	2 252 500,08
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 249,73	6 363,09	1 655,19	13 957,63
Investimentos financeiros	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00
TOTAL:	3 785 741,87	202 801,95	172 462,85	3 816 080,97

Nota 10 - Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período:

Quadro 10.1 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	3 471,89	0,00	3 471,89
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	95 359,36	13 957,63	81 401,73
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	98 831,25	13 957,63	84 873,62

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Mercadorias	836,95	19 306,13	15 691,13	0,00	0,00	0,00	980,06	0,00	3 471,89
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	89 099,61	1 445 612,43	1 461 345,23	0,00	6 363,09	1 655,19	2 199,95	14 942,77	81 401,73
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	89 936,56	1 464 918,56	1 477 036,36	0,00	6 363,09	1 655,19	3 180,01	14 942,77	84 873,62

Nota 11 – Ativos biológicos

O grupo municipal não é detentor de ativos biológicos enquadráveis na NCP 11.

Nota 12 – Contratos de construção

A atividade do grupo municipal de Matosinhos não originou nenhuma atividade que se relacione com contratos de construção, nos termos da NCP12.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As operações materiais da administração financeira praticadas nos municípios estão reguladas nomeadamente, pelo OE e RFALEI, e estão sujeitas a três princípios gerais: da legalidade, da tipicidade e da economicidade.

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços, estão apresentados na nota 2.

Conceitos relevantes:

Justo Valor - é quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedores e dispostas a negociar, numa transação em que não há relacionamento entre elas.

Transações com contraprestação - são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade.

As notas da NCP13 têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

É aplicada na contabilização do rendimento proveniente das transações e acontecimentos com contraprestação (§3):

- Prestação de serviços
- Venda de bens
- Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.

Ao distinguir rendimentos com e sem contraprestação, deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma (§5).

O rendimento deve ser mensurado pelo Justo Valor da retribuição recebida ou a receber deduzida de descontos comerciais e de quantidades concedidos (§12 e §13).

Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

Porém, quando o influxo de caixa for diferido, o Justo Valor da retribuição pode ser menor do que a quantia nominal, sendo a diferença reconhecida como rendimento de juros (§14).

Relativamente à mensuração do rédito as receitas provenientes das taxas, vendas e prestações de serviços são as previstas nas tabelas de taxas e licenças, bem como nos regulamentos em vigor no Município. Nas situações não previstas nos documentos anteriores, os valores são normalmente aprovados em reunião do executivo, ou de acordo com a legislação específica em vigor, consoante o caso.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Taxas, multas e outras penalidades	12 990 132,54	0,00
Vendas	27 309,97	0,00
Prestação de serviços	19 661 311,35	0,00
Alienações	125 382,26	0,00
Rendas/Concessões	5 099 477,12	0,00
Juros, dividendos e rendimentos similares obtidos	5 606 084,22	0,00
Outros rendimentos	0,00	0,00
TOTAL	43 509 697,46	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, multas e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

São rendimentos provenientes do uso de poderes soberanos, designadamente, impostos diretos e indiretos e multas.

São benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos ou a receber por entidades públicas, determinados por um tribunal ou autoridade administrativa, em consequência da violação de leis ou regulamentos.

As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos, tais como, subsídios e donativos.

As principais transações sem contraprestação reconhecidas como rendimento pelo Município estão relacionadas com os impostos diretos, nomeadamente o IMI, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e os recebidos através do Orçamento de Estado, com especial relevo para a Participação no IRS e a Participação do IVA.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Impostos diretos	38 260 536,67	0,00
Impostos indiretos	30 463 526,23	0,00
Multas e outras penalidades	881 954,29	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	44 000 625,15	0,00
Legado, Ofertas e Doações	305 953,75	894 342,60
Reversões	145 866,67	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	5 846 540,96	0,00
Outros	56 968,42	0,00
TOTAL	119 961 972,14	894 342,60

Apresenta-se os detalhes de:

(a) Legado, Ofertas e Doações:

Mapa 14.1 - Legado, Ofertas e Doações

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Legado, Ofertas e Doações	305 953,75	894 342,60
Doações - Inventários	305 953,75	
Doações - Ativos Fixos Tangíveis		894 342,60
Doações - Outros	0,00	

(b) Reversão de perdas de imparidades

Mapa 14.2 - Reversões de perdas por imparidade

Tipo de rendimento	Valor
Reversões de perdas por imparidade:	145 866,67
Cientes, contribuintes e utentes	134 211,48
Em inventários	1 655,19
Em investimentos financeiros ¹	10 000,00

¹ Reversão da imparidade constituída em 2013 sobre a participação do Leixões S. C. - Futebol SAD, dada a alienação da mesma em hasta pública a 03/01/2023.

(c) Reversão de provisões

Não existem valores a apresentar no ano de 2023

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, foram efetuados ajustes de provisões já constituídas e para fazer face a novos processos identificados, nas diversas entidades do grupo municipal.

Quadro 15.1 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	9 062 610,64	0,00	0,00	4 351 116,00	4 351 116,00	1 159 711,18	41 362,92	117 079,99	1 318 154,09	12 095 572,55
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais, matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos fogos habitacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 062 610,64	0,00	0,00	4 351 116,00	4 351 116,00	1 159 711,18	41 362,92	117 079,99	1 318 154,09	12 095 572,55

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2023

Mapa 15.1.1 - Relação dos processos judiciais

N.º PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO DO RECLAMANTE	NATUREZA DA DÍVIDA RECLAMADA	ENCARGO EVENTUAL A SUPORTAR EXIGIDO
1626/14.0BEPRT	JARDIMAGEM - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES, S.A	AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM	2 707 063,29
1569/16.3BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	57 666,51
3070/18.1BEPRT	ABB - ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	1 960 120,97
1719/16.0BEPRT	GABBA - PRODUÇÕES DE EVENTOS, LDA.	PROCESSO DE CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL	90 240,00
2430/19.5BEPRT	CARISSIMUS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA.	AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM	2 635 720,00
1513/20.3BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	225 380,81
1750/20.0BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	16 354,91
437/21.1BEPRT	EURO INSURANCES DESIGNATED ACTIVITY COMPANY	AÇÃO ADMINISTRATIVA	885,95
64/21.3BEPRT	LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	2 799,91
1605/21.1BEPRT	PESTIS - SOC. DE DESINFECÇÃO E DESINFESTACÃO LDA. (E OUTROS)	AÇÃO ADMINISTRATIVA	6 956,46
1682/21.5BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	920,00
1829/21.1BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	9 359,99
2774/21.6BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	23 987,75
1281/22.4BEPRT	NORBAT - BATERIAS, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, LDA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	7 000,00
1416.21.4BEPRT	CUNHA & BARROSO, LDA.	AÇÃO ADMINISTRATIVA (CONTENCIOSO CONTRATUAL)	46 104,62
1419/21.9BEPRT	CUNHA & BARROSO, LDA.	AÇÃO ADMINISTRATIVA (CONTENCIOSO CONTRATUAL)	49 153,90
254/22.1BEPRT	CUNHA & BARROSO, LDA.	AÇÃO ADMINISTRATIVA (CONTENCIOSO CONTRATUAL)	27 955,86
1518/20.4BEPRT	ABB - ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	446 572,00
2191/21.8BEPRT	REDE AMBIENTE - ENG.SERV.S.A. (E OUTROS)	AÇÃO ADMINISTRATIVA	71 614,10
1624/21.8 BEPRT	REDE AMBIENTE - ENG.SERV.S.A. (E OUTROS)	AÇÃO ADMINISTRATIVA	1 024 977,15
20-A/20	ABB - ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	AÇÃO ADMINISTRATIVA (CONTENCIOSO CONTRATUAL)	1 799 473,16
1701/23.0BEPRT	DESAFIOS GENIAIS II, INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	208 731,12
1613/23.8BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	190 062,50
279/23.0BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	15 501,68
2313/22.1BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	4 174,11
2465/22.0BEPRT	TRANSPORTES ARMÉNIO MAGALHÃES DA SILVA, LDA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	3 826,02
1511/23.5BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	38 329,04
1969/23.2BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	20 000,00
28/23.2BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	17 879,78
POSEUR-03-1911-FC-000175	AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP	AÇÃO ADMINISTRATIVA	386 760,97
TOTAL			12 095 572,55

15.2 – Passivos contingentes

Nas entidades do grupo municipal, no período de 2023, verificou-se a existência de factos relevantes enquadráveis no âmbito da NCP 15 (parágrafo 28 a 31).

Abaixo relacionam-se os processos judiciais em curso, interpostos por terceiros, cujo valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Quadro 15.2 - Passivos Contingentes

Natureza Passivos Contingentes	Estimativa efeito financeiro	Previsão reembolso	
		Data	Valor
Outros passivos contingentes	21 787 457,69		
TOTAL	21 787 457,69		

Mapa 15.2.1 - Relação dos processos arrolados como passivos contingentes

N.º PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO DO RECLAMANTE	NATUREZA DA DÍVIDA RECLAMADA	ENCARGO EVENTUAL A SUPORTAR
1541/20.9BEPRT	VASCONCELOS RAMALHO, S.A	AÇÃO ADMINISTRATIVA	19 630 000,00
393/2018/ARHN	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE	CONTRAORDENAÇÃO AMBIENTAL	24 000,00
304/2019/ARHN	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE	CONTRAORDENAÇÃO AMBIENTAL	24 000,00
202/17CAJ	INSPEÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (IGAMAOT)	CONTRAORDENAÇÃO AMBIENTAL	48 000,00
192200385	ACT - AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO	CONTRAORDENAÇÃO	2 040,00
19200790	ACT - AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO	CONTRAORDENAÇÃO	9 180,00
945647654	ANSR - AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA	CONTRAORDENAÇÃO	500,00
1829/21.1BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	9 359,99
8908/24.1YIPRT	ATLÂNTINÍVEL - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.	INJUNÇÃO	617 684,03
	IAREN - INSTITUTO DA ÁGUA DA REGIÃO NORTE	CRÉDITOS	299,28
331/11.4BEPRT	AUTORIDADE TRIBUTÁRIA - IVA 2007	AÇÃO ADMINISTRATIVA	421 308,34
332/11.2BEPRT	AUTORIDADE TRIBUTÁRIA - IVA 2008	AÇÃO ADMINISTRATIVA	515 475,30
255/11.5BEPRT	AUTORIDADE TRIBUTÁRIA - IVA 2008	AÇÃO ADMINISTRATIVA	485 610,75
TOTAL			21 787 457,69

15.3 – Ativos contingentes

INDAQUA:

Verifica-se, que decorrente da execução do contrato de concessão com a INDÁQUA, relativo aos investimentos a serem executados, os mesmos ainda não foram considerados no ano económico de 2023, dado não estarmos na posse dos elementos para considerarmos estes ativos nos termos da NCP4 (inexistência de suporte documental de validação desta informação, nomeadamente, sustentado pela apresentação das respetivas receções dos investimentos atestados e validados por uma comissão designada para o efeito, ou a própria comissão de acompanhamento da concessão atual).

E-REDES:

O Município de Matosinhos, no que refere à concessão da E-REDES (ex. EDP) reencetou as diligências a fim de obter dados para contabilização dos ativos inerentes à concessão, assim como dos investimentos efetuados no decurso da mesma. Contudo até ao final do período de elaboração de contas não foram obtidas as informações necessárias e suficientes (ver nota 4).

IAREN - Instituto da Água da Região Norte:

Em 09/08/2002, o Município constituiu um direito de superfície, pelo período de 50 anos, a favor do IAREN, sobre duas parcelas de terreno municipais sitas na Rua Dr. Eduardo Torres, em Matosinhos, para a instalação de um laboratório de análises de água, devidamente certificado pelo IPQ.

O edifício, conforme confirmado pela polícia municipal no local, encontra-se devoluto.

Foi o IAREN contactado por diversas formas, não tendo sido possível agendar qualquer reunião, com vista à extinção do direito de superfície e reversão do imóvel a favor do Município.

Assim, o IAREN não está a cumprir a segunda e terceira condição do contrato: a utilização efetiva do imóvel para um laboratório devidamente certificado não entregando ao Município as análises aí previstas.

Existindo um incumprimento contratual ocorre a extinção do direito de superfície antes do prazo.

Tendo presente a ausência de resposta do IAREN foi interposta, já em 2024, uma ação judicial declarativa, para que seja reconhecido o incumprimento contratual e declarada a extinção do direito de superfície.

Despesas com Garantias bancárias:

No seguimento da resolução de processos fiscais com sentenças sucessivas a favor da Matosinhos Sport foi efetuado requerimento ao Tribunal Administrativo e Fiscal no sentido de requerer a restituição das despesas entretanto suportadas com as garantias bancárias nestes últimos anos. Até ao momento foi proferida a Sentença de Condenação da Fazenda Pública para pagamentos dos custos do ano 2009 no montante de 100.550,06€ e do ano 2008 no montante de 106.733,77€. Assim, estima-se um benefício económico em 2024 no montante de 207.283,83€.

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O grupo municipal não efetuou transações em moeda estrangeira.

Nota 17 – Acontecimentos após data de relato

Guerra da Ucrânia:

Em 24 de fevereiro de 2022 ocorreu a invasão da Ucrânia pela Rússia, estando considerada a mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Dada a situação do conflito na Ucrânia, o Estado Português, ao qual se coligou esta autarquia, disponibilizando vários serviços e meios de apoio para cidadãos portugueses e cidadãos ucranianos que já se encontram em Portugal ou que se estejam a deslocar para o país. Foi criado um programa especial de acolhimento para cidadãos ucranianos que venham para Portugal, que

inclui várias medidas no âmbito do regime de proteção temporária. Este regime permite a atribuição automática de autorização de residência temporária e um título de proteção temporária, entre outros benefícios.

À data da elaboração das presentes demonstrações financeiras perfaz dois anos desde que a invasão começou. O Município de Matosinhos não identificou circunstâncias que possam pôr em causa a continuidade das suas atividades no prazo mínimo de um ano, nomeadamente decorrentes dos desenvolvimentos atuais relacionados com o conflito iniciado na região da Ucrânia, dos quais não se espera impactos que obriguem a suspender ou reduzir significativamente a sua atividade.

Guerra Israel-Hamas:

Eclosão da guerra entre Israel e o Hamas em 2023, com início a 7 de outubro, após um ataque terrorista coordenado por grupos palestinos contra cidades israelitas e consequente ofensiva militar Israelita.

O Município de Matosinhos não identificou circunstâncias que possam pôr em causa a continuidade das suas atividades no prazo mínimo de um ano, nomeadamente decorrentes dos desenvolvimentos atuais relacionados com o conflito entre Israel e o Hamas, dos quais não se espera impactos que obriguem a suspender ou reduzir significativamente a sua atividade.

Projeto de Recolha Seletiva de Bio resíduos em Matosinhos:

A operação em assunto foi alvo de uma auditoria realizada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (AD&C), tendo sido o relatório final e respetivas conclusões da mesma dados a conhecer no dia 07/03/2024.

Consta das recomendações, comunicado em 13/03/2024 que “o beneficiário deverá proceder à correção financeira da despesa irregular associada à amostra auditada”. Foi igualmente comunicada a intenção da Autoridade da Gestão do Sustentável 2030 de proceder à realização de dois procedimentos de Gestão de Devedor, constituindo-nos como Devedora do Fundo de Coesão.

Esta situação foi devidamente acautelada, constituindo-se uma Provisão [Nota 15.1].

Nota 18 – Instrumentos financeiros

18.1 - Ativos financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos financeiros, foi o seguinte:

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Reversões de perdas por imparidade	Outros aumentos	Perdas por imparidade	Outras diminuições	
Caixa e seus equivalentes	34 735 499,11	0,00	414 946 855,86	0,00	404 752 775,22	44 929 579,75
Caixa	34 857,10	0,00	208 134 786,48	0,00	208 137 543,97	32 099,61
Depósitos bancários	34 700 642,01	0,00	206 812 069,38	0,00	196 615 231,25	44 897 480,14
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Ativo não corrente	1 557 871,38	0,00	3 003,70	0,00	168 084,02	1 392 791,06
Outros ativos financeiros	33 204,44	0,00	3 003,70	0,00	478,12	35 730,02
Devedores por empréstimos bonificados e sub. reembolsáveis	16 213,79	0,00	0,00	0,00	0,00	16 213,79
Outras contas a receber	1 508 453,15	0,00	0,00	0,00	167 605,90	1 340 847,25
Ativo corrente	47 820 530,50	79 736,85	256 053 184,38	152 587,22	252 152 182,08	51 648 682,43
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3 482 179,22	0,00	63 378 476,64	0,00	60 897 012,93	5 963 642,93
Cientes, contribuintes e utentes	614 631,04	79 736,85	97 170 105,04	0,00	97 081 915,93	782 557,00
Outras contas a receber	43 575 583,49	0,00	95 308 929,66	152 587,22	93 965 118,44	44 766 807,49
Outros ativos financeiros	148 136,75	0,00	195 673,04	0,00	208 134,78	135 675,01
Total	84 113 900,99	79 736,85	671 003 043,94	152 587,22	657 073 041,32	97 971 053,24

18.1.1 Outras Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte decomposição:

Mapa 18.1.1 – Contas a receber

Outras contas a receber	2023	2022
Médio e Longo Prazo		
Devedores por contratos de concessão	1 340 847,25	1 508 453,15
Curto Prazo		
Adiantamento fornecedores	76 737,61	880 970,22
Cauções prestadas a terceiros	6 033,27	6 033,27
Devedores por contratos de concessão	3 675 203,64	3 659 653,50
Devedores por acréscimos	40 114 918,48	38 057 672,94
Outros devedores	893 914,49	971 253,56
TOTAL	46 107 654,74	45 084 036,64

18.2 - Passivos financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos passivos financeiros, foi o seguinte:

Quadro18.2 - Passivos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	39 475 169,55	10 081 541,18	12 399 016,86	37 157 693,87
Outras contas a pagar	8 424,30	0,00	2 550,50	5 873,80
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	59 400,00	12 558 894,62	12 616 294,62	2 000,00
Fornecedores	1 996 540,19	115 600 629,26	114 933 850,39	2 663 319,06
Financiamentos obtidos	3 298 817,10	8 453 635,07	8 435 244,76	3 317 207,41
Fornecedores de investimentos	192 546,69	73 015 470,24	72 940 915,68	267 101,25
Outras contas a pagar	14 735 142,04	99 812 391,02	99 660 065,83	14 887 467,23
Outros passivos financeiros	60 725,78	17 409 781,87	17 363 365,91	107 141,74
Total	59 826 765,65	336 932 343,26	338 351 304,55	58 407 804,36

18.2.1 - Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

Mapa 18.2.1 – Contas a pagar

Outras contas a pagar	2023	2022
Médio e Longo Prazo		
Outros credores	1 227,47	3 777,97
Cauções	4 646,33	4 646,33
Curto Prazo		0,00
Credores por acréscimos	9 012 625,55	8 841 296,08
Credores por subscrição não libertadas	0,00	0,00
Cauções	5 142 581,92	5 270 975,57
Outros credores	732 259,76	622 870,39
TOTAL	14 893 341,03	14 743 566,34

18.3 - Participações financeiras

Em 01 de janeiro de 2021, deu-se a Intermunicipalização da STCP, dando cumprimento do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, através da transferência de 7.717.050 ações, com um valor nominal de 5 euros, representativas de 11,98% do capital social da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. que estavam na posse do Estado através da Direcção-Geral do Tesouro.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada das participações financeiras, foi o seguinte:

Quadro 18.3 - Participações financeiras

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Anulações de consolidação	Quantia escriturada final	% de participação
		Compras	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas por imparidade	Outros			
Participações financeiras - Método Equivalência Patrimonial	16 889 443,33	0,00	0,00	595 859,39	0,00	0,00	5 728,23	17 993,78	17 461 580,71	
MS - Matosinhos Sport, EM, S.A.	0,00						5 728,23	-5 728,23	0,00	100,00
MH - Matosinhos Habitação, EM	0,00			23 722,01				23 722,01	0,00	100,00
STCP - Soc. Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A.	16 889 443,33			572 137,38					17 461 580,71	11,98
Participações financeiras - custo	3 779 781,00	0,00	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	3 779 781,00	
Leixões S. C. - Futebol, SAD ¹	0,00		10 000,00						0,00	0,00
AdP - Águas do Douro e Paiva, S.A.	1 127 560,00				10 000,00				1 127 560,00	5,39
Metro do Porto, S.A.	5,00								5,00	0,0001
Fundação de Serralves	100 000,00								100 000,00	0,58
Fundação Casa da Música	100 000,00								100 000,00	0,08
Adeporto - Agência de Energia do Porto	23 125,00								23 125,00	11,32
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2 429 091,00								2 429 091,00	0,58
Outros ativos financeiros									0,00	
TOTAL	20 669 224,33	0,00	10 000,00	595 859,39	10 000,00	0,00	5 728,23	17 993,78	21 241 361,71	

¹ Leixões S. C. – Futebol SAD: alienação em hasta pública a 03/01/2023 de um lote indiviso de ações representativas de 0,33(3)% do capital social e consequente reversão da imparidade constituída em 2013 sobre a participação da mesma.

As colunas de “Aumentos – Outros” e de “Diminuições – Outras” nas “Participações de capital – Método Equivalência Patrimonial” refletem os ajustamentos nas participações da Matosinhos Sport E.M., Matosinhos Habit, E.M. e STCP - Soc. Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A., em função dos respetivos resultados, derivados da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Refere-se que aqueles ajustamentos nas participações, foram efetuados com base em demonstrações financeiras definitivas não aprovadas.

Nas demonstrações financeiras definitivas verificou-se a existência de um diferencial de 11.922,06€

Ver nota 20.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais determinadas legalmente em matéria laboral.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do

reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação aplicável em matéria laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir obrigatoriamente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelos que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Mapa 19.1 - Gastos com o pessoal

Gastos totais reconhecidos na demonstração de resultados	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	503 584,85	492 060,75
Remunerações do pessoal	40 292 888,42	36 916 226,83
Indemnizações	41 393,61	36 585,82
Encargos Remunerações - Sistemas Proteção Social	8 961 364,27	8 375 193,17
Acid. no trab. e doenças profissionais - Acidentes no trabalho	118 367,92	140 285,51
Acid. no trab. e doenças profissionais - Seguro Acidentes Trab.	95 319,29	543 946,73
Outros gastos com o pessoal	627 188,68	556 930,96
Outros encargos sociais - Subsídios de parentalidade	72 415,66	67 538,59
Outros encargos sociais - Encargos com a saúde	891 030,06	1 035 894,60
Outros encargos sociais - Subsídio familiar a crianças jovens	112 108,48	92 434,75
Outros encargos sociais - Outras prestações familiares	83 632,54	59 088,82
Gastos com o pessoal	51 799 293,78	48 316 186,53

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros abaixo segue demonstração das transações efetuadas entre as entidades do grupo municipal:

Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades controladas

Designação	Tipo Entidade	Sede	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
MH - MATOSINHOSHABIT, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MATOSINHOS, E.M.	EM	Rua de Alfredo Cunha, 99 - 1.º 4450-025 Matosinhos	264 362,89	942 206,67	100,00%		100,00%
MS - MATOSINHOS SPORT, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER, E.M.	EM, SA	Rua Nova do Estádio 4460-381 Sra. da Hora	50 000,00	261 982,75	100,00%		100,00%
STCP - SOCIEDADE TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO, E.I.M., S.A.	EIM, S.A.	Av. Fernão de Magalhães, Nº 1862 - 13º 4350-158 Porto	90 000 000,00	17 461 580,71	11,98%		11,98%

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2023

Quadro 20.2 - Divulgações de partes relacionados - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
MH - MATOSINHOSHABIT, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MATOSINHOS, E.M.	Entidade Controlada	Subsídios à exploração	695 000,00	6,52%	0,00
		Gastos	22 798,25	0,21%	0,00
		Investimentos em ativos não financeiros	2 866 360,85	26,87%	0,00
MS - MATOSINHOS SPORT, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER, E.M.	Entidade Controlada	Subsídios à exploração	4 682 618,00	43,90%	0,00
		Devolução do diferencial positivo das verbas recebidas de subsídio à exploração do contrato programa 2022, após fecho de contas 2022.	-842 422,90	-7,90%	0,00
		Licenciamento Programa de Desporto Informal 2023	-5,78	0,00%	0,00
		Gastos	50 000,00	0,47%	0,00
		Investimentos em ativos não financeiros	526 288,04	4,93%	0,00
STCP - SOCIEDADE TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO, E.I.M., S.A.	Entidade Controlada	Contrato interadministrativo de delegação de competências de autoridade de transportes	2 264 627,04	21,23%	0,00
		Acerto das Obrigações de Serviço Público Relativo a 2022. Nos Termos do ponto 2 do Anexo A do Terceiro Aditamento do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros Explorado pela STCP.	-629 369,50	-5,90%	0,00
		Taxas de emissão licenças de ruído	-174,84		
		Transferencia p/ Equilíbrio Financeiro (art.º 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto)	1 030 932,50	9,67%	0,00

No que refere à relação entre as partes, a participação nos STCP é enquadrada nos termos da Lei 50/2012, de 31 agosto, art.º 7º e 19º conjugado com a Lei 73/2013 de 3 de setembro, o que nos remete para aplicação do método de equivalência patrimonial.

Uma entidade que exerce controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada deve contabilizar o seu investimento numa associada ou empreendimento conjunto usando o método da equivalência patrimonial de acordo com a NCP 23 (parágrafo 5).

Neste enquadramento o quadro 20.2 reflete as transações ocorridas entre estas entidades considerando a perspetiva da despesa e da receita, acrescentando esta última ao apresentado nas contas individuais.

Quadro 20.3 - Ajustamentos em Ativos financeiros

Entidade Participada	Ajusto do valor da Participação Financeira por Aplicação do MEP	Ajusto do valor da Participação Financeira por Aplicação do MEP - RLE
Matosinhos Habit	1 267,38	22 454,63
Matosinhos Sport	-8 785,02	3 056,79
STCP	561 797,14	10 340,24
Anulações de consolidação		-25 511,42
TOTAL	554 279,50	10 340,24

O Património/Capital do grupo municipal não teve variação:

Quadro 20.4 - Património/Capital

Designação	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Património/Capital	479 769 843,51	479 769 843,51	0,00	0,000%

Nota 21 – Relato por segmentos

Nos termos do estipulado pela NCP 25, “um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos”.

Considerando que o grupo municipal tem a sua área de atuação devidamente delimitada ao concelho, e que a atividade desenvolvida é homogénea, entende-se não haver necessidade de relato separado da informação financeira. Assim, entende-se esta nota como não aplicável à realidade

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Os interesses em outras entidades encontram-se na nota 18.3.

Nota 23 – Outras divulgações

De seguida apresenta-se o detalhe de algumas rubricas do balanço e demonstração de resultados consolidados.

23.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.1 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	623,64	23 711,67	623,64	21 604,18
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	257 404,64	130 119,04	207 695,53	51 199,41
IVA A pagar/recuperar	121 729,63	130 119,04	72 020,52	51 199,41
IVA Regularizações	135 675,01	0,00	135 675,01	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	121 999,53	0,00	99 346,10
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	12 426,64	0,00	23 349,38	0,00
TOTAL	270 454,92	275 830,24	231 668,55	172 149,69

23.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Diferimentos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.2 – Diferimentos

Diferimentos	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto prazo	M/L prazo	Curto prazo	M/L prazo
Gastos a reconhecer	1 253 959,20	104 021,12	1 570 756,38	140 243,77
Transferências e subsídios concedidos com condições	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguros	64 162,29	0,00	67 582,06	0,00
Rendas	31 420,47	0,00	31 538,91	0,00
Outros custos diferidos	1 158 376,44	104 021,12	1 471 635,41	140 243,77
Rendimentos a reconhecer	4 120 578,03	1 340 847,25	3 668 584,19	1 508 453,15
Rendas	76 011,56	0,00	72 241,50	0,00
Concessão EDP	3 507 597,74	0,00	3 428 736,79	0,00
Concessão Indáqua	167 605,90	1 340 847,25	167 605,90	1 508 453,15
Outros rendimentos diferidos	369 362,83	0,00	0,00	0,00

23.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.3 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2023	2022
Subcontratos e parcerias	22 127 986,97 €	19 285 574,64 €
Serviços especializados	3 476 709,49 €	1 306 400,55 €
Publicidade, comunicação e imagem	927 982,19 €	1 361 478,83 €
Vigilância e segurança	1 613 795,67 €	1 518 215,02 €
Honorários	809 072,09 €	608 754,24 €
Comissões	1 628 017,63 €	1 390 194,06 €
Conservação e reparação	3 846 108,29 €	3 098 322,40 €
Outros serviços especializados	289 223,13 €	286 917,62 €
Materiais de consumo	563 246,48 €	412 473,76 €
Energia e fluidos	2 479 735,93 €	1 822 659,78 €
Deslocações, estadas e transportes	224 309,15 €	216 249,28 €
Rendas e alugueres	1 292 989,14 €	940 626,50 €
Comunicação	263 453,51 €	265 902,45 €
Seguros	341 658,89 €	357 373,09 €
Royalties	5 097,34 €	17 829,58 €
Contencioso e notariado	51 239,64 €	87 168,56 €
Despesas de representação dos serviços	11 504,24 €	15 480,14 €
Limpeza, higiene e conforto	873 731,04 €	827 853,69 €
Outros serviços	3 376 322,38 €	3 117 893,16 €
Total	44 202 183,20 €	36 937 367,35 €

23.4 - Outros Gastos

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de Outros Gastos apresenta a seguinte decomposição:

Mapa 23.4 – Outros Gastos

Outros Gastos	2023	2022
Outros gastos	5 939 930,06	5 234 666,45
Impostos e taxas	20 792,85	16 079,23
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	3 180,01	27 843,41
Alienações	0,00	4 838,40
Permutas	0,00	0,00
Abates	89 567,56	108 992,77
Correções de impostos relativos a períodos anteriores	1 162 109,02	780 207,49
Devolução de transferências e subsídios obtidos	0,00	0,00
Outras correções relativas a períodos anteriores	773 894,33	2 271 933,97
Quotizações	178 189,96	164 126,59
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional	0,00	0,00
Outros não especificados	3 712 196,33	1 860 644,59

ANEXO DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Exercício de 2023

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Grupo municipal

Quadro 2.1 - Transferências e Subsídios Obtidas

Quadro 2.2 - Transferências e Subsídios Concedidas

Demonstrações orçamentais

NCP26

Por norma os sistemas orçamentais classificam as receitas de acordo com a natureza económica e fundos as despesas segundo a natureza económica, administrativa, funcional e programática, esta última associada à orçamentação por programas ou por desempenho.

Os classificadores orçamentais são um elemento estruturante de qualquer sistema de gestão orçamental, pois definem a forma como os orçamentos são apresentados, executados e relatados, tendo uma correlação direta com a transparência e coerência do orçamento.

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

No que se refere à Elaboração e Aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2023, o grupo municipal de Matosinhos, adotou o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), divulgada pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), através do Ofício Circular n.º 1323/2019, de 23/09/2019 e n.º 2 do Artigo 105.º da Lei n.º 12/2022 de 27 de junho do (Orçamento do Estado para 2022): “Nos anos de 2022 e 2023, não é obrigatória para as entidades da administração local a elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC-AP.”

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP).

O SNC-AP introduziu o conceito de plano de contas multidimensional (PCM) para que a mesma estrutura de codificação possa promover a comparabilidade da informação financeira e orçamental entre as entidades públicas, fazendo parte dele o quadro de correspondência entre

as rubricas orçamentais e as contas do PCM.

A Unileo definiu, no Manual de Implementação do SNC-AP, a correspondência entre os códigos da classificação económica da receita e da despesa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais.

Da mesma forma, as fontes de financiamento foram associadas em quatro grandes grupos: Receitas gerais, Receitas próprias, União europeia e Empréstimos.

No que respeita à receita, o circuito manteve-se o mesmo, isto é: Liquidação, Anulação e Recebimentos. Os Reembolsos e Restituições deixaram de pertencer ao circuito da despesa passando a ser apenas uma regularização de um recebimento indevido. Passou a existir o reconhecimento de montantes a liquidar em anos futuros.

Na despesa, mantiveram-se as fases do Cabimento, do Compromisso, da Obrigação, do Pagamento e da Reposição abatida ao pagamento, tendo passado a existir o reconhecimento de Obrigações em anos futuros.

Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O Município de Matosinhos adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo esse sistema contabilístico.

Perímetro

O paragrafo 23 da NCP 26 do SNC-AP define o perímetro de consolidação orçamental, que será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas

Nacionais e Regionais. Com base nesse pressuposto o grupo municipal reflete-se da seguinte forma:

Quadro 1 – Grupo municipal

Entidade	Entidade incluída nas contas setoriais do INE	Incluir
Município de Matosinhos	Sim	Sim
Matosinhos Habit	Sim	Sim
Matosinhos Sport	Não	Não
STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	Não	Não

O perímetro para a consolidação orçamental é composto pelas entidades do Grupo que, no período contabilístico, integraram o orçamento do Orçamento do Estado e, por conseguinte, o perímetro de consolidação das administrações públicas, pelo que apenas engloba as entidades Município de Matosinhos e Matosinhos Habit.

Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação simples para efeitos de preparação de demonstrações orçamentais consolidadas sendo suportado pelas contas da Classe zero — Contabilidade Orçamental. Este método traduz -se na soma algébrica de rubricas equivalentes de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

Mapas Orçamentais

Os mapas da consolidação orçamental refletem-se pelas seguintes demonstrações:

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Uma demonstração de desempenho orçamental, evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução

orçamental, os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, evidencia as importâncias relativas a todos os direitos e obrigações no final do período contabilístico, ao nível orçamental.

Transferências e Subsídios Concedidos e Obtidos

As transferências obtidas quer ao nível de corrente como de capital representam quase 40% da receita efetiva do grupo municipal orçamental. Balanceando com os cerca de 10% da despesa efetiva.

Dos movimentos ocorridos nas transferências foi eliminado o valor dos subsídios atribuídos à Matosinhos Habit, relativo ao contrato programa no valor de 695.000€.

Quadro 2.1 - Transferências e Subsídios Obtidas

Outros Rendimentos	2023	2022
Transferências e subsídios correntes obtidos		
Transferências correntes	45 875 262,06	42 816 112,81
Transferências capital	16 401 516,98	10 431 006,41
Subsídios	0,00	0,00
TOTAL	62 276 779,04	53 247 119,22

Quadro 2.2 - Transferências e Subsídios Concedidas

Outros Gastos	2023	2022
Transferências e subsídios concedidos		
Transferências correntes	14 320 737,97	14 709 695,24
Transferências capital	2 327 871,36	2 944 139,56
Subsídios	8 575 630,72	8 475 999,98
TOTAL	25 224 240,05	26 129 834,78



8. Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Público Município de Matosinhos (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 796.147.480 euros e um total de património líquido de 720.013.990 euros, incluindo um resultado líquido de 13.380.859 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Público Município de Matosinhos em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Apesar das diligências encetadas pelo Município de Matosinhos junto das Entidades Concessionárias, até à presente data não foram disponibilizadas as informações necessárias ao registo da totalidade dos ativos concessionados, nem dos investimentos efetuados por aquelas entidades dentro do período de concessão, conforme preconizado na NCP 4 - Acordos de concessão. Por esse motivo, o ativo e o passivo do Município encontram-se subavaliados num montante que não conseguimos determinar com fiabilidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 198.057.676 euros e um total de despesa paga líquida de reposições de 160.781.819 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsector da administração local, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as demonstrações orçamentais consolidadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 19 de junho de 2024



CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Carla Manuela Serra Geraldes

Registo na OROC n.º 1127

Registo na CMVM com o n.º 20160739

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público Município de Matosinhos (o Grupo), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Órgão de Gestão do Grupo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade do Grupo, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do órgão de gestão e dos diversos serviços do Grupo as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023, a Demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações orçamentais consolidadas do ano de 2023. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma reserva, e onde concluímos que o Relatório de Gestão não contém as divulgações aplicáveis ao subsector da administração local, prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas, o Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações orçamentais consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão de Gestão e aos serviços do Município de Matosinhos o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 19 de junho de 2024



CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Gerales
Registo na OROC nº 1127
Registo na CMVM com o nº 20160739